NÚMERO 73 | 15 DE DEZEMBRO DE 2008 A 15 DE JANEIRO DE 2009 | 1 €

NOVAS DA GALIZA

PERIÓDICO GALEGO DE INFORMAÇOM CRÍTICA

"Queremos dar a volta ao conceito de televisom alinhada, porque fazer televisom também é um exercício de imaginaçom"

Alexandre Furelos, activista do projecto de televisom alternativa Canal.On | PÁGINA 04 |

Marisol López no lançamento da campanha 'En galego, tes todo por dicir'

Normalizar o galego? Será por dinheiro...

O volume dos subsídios à normalizaçom lingüística costuma ser um dos principais debates entre as forças políticas no momento de encenar as profundas discrepâncias que os afastam. Porém, à vista dos resultados de 25 anos de política normalizadora, nom parece que seja a falta de dinheiro o problema fundamental das campanhas normalizadoras que ponhem em andamento as entidades subsidiadas. Estas, maioritariamente, encarregam-se de fomentar a mesma visom do galego que há vinte anos: a de umha língua que veicula cultura tradicional subordinada ao espanhol, que coesiona a sociedade nos ámbitos importantes. NOVAS DA GALIZA analisa o destino do orçamento que a Conselharia da Presidência, sobretodo através da Secretaria Geral de Política Lingüística, distribuiu entre entidades de todo o tipo durante os últimos anos. Entre os meios de comunicaçom, a modo de exemplo, *El País* recebeu 31,42% do total dos convénios assinados no terceiro trimestre de 2007, quando poucos meses antes tinha lançado a sua ediçom 'Galicia', em que mesmo os redactores que tinham o galego como língua habitual se vírom obrigados a mudar de língua. / Pág. 10

O desacordo entre os produtores de mexilhom agrava a sua crise

A pressom das transnacionais pode provocar o devalar definitivo da economia da bateia / 14

Indústria resiste-se a divulgar os beneficiários do negócio eólico no meio da polémica

Suárez Canal e Alberte Blanco na apresentaçom da 'Asociación Galega Monte Industria' e o 'Clúster de la Madera de Galicia'

O projecto de Lei de Montes une sectores enfrentados e recebe críticas de ambientalistas

NGZ TOMA O PULSO À SITUAÇOM DAS COMUNIDADES DE MONTES EM MAO COMUM

Suárez Canal conseguiu finalmente consensuar a futura Lei de Montes da Galiza com sectores enfrentados entre si. Para o sector madeirista, que agrupa empresas como a Finsa e a Ence, e que em 2006 atacava frontalmente a lei se nom exerciam como relatores do diploma legal para duplicar a extensom das plantaçons de pinheiros e eucaliptos, a Lei continua a ser demasiado intervencionista, mas acatam o texto final. O outro sector directamente implicado, representado pola Organizaçom Galega de Montes em Mao Comum, considera que a lei é importante, ao ratificar a soberania das comunidades de montes e as características da propriedade vizinhal, freando os interesses especulativos. No entanto, neste sector salienta-se que a lei deveria consignar que as únicas beneficiárias dos aproveitamentos em montes comunitários deveriam ser as próprias comunidades. Já no ámbito do ambientalismo, ainda notando-se que a própria existência de umha lei para o monte é recebida positivamente, algumhas entidades questionam que esta nom integre ecologia e economia como umha "dualidade compatível" e que no texto final prevaleçam os interesses das madeireiras sobre os ambientais. Neste sentido, o director geral de Montes, Alberte Blanco, defendeu-se afirmando que "se tratava de umha lei florestal, e nom ambiental". NOVAS DA GALIZA analisa a importância económica e social da superfície florestal em mao comum, na seqüencia do texto que previsivelmente será aprovado para o ano. / Pág. 11

E AINDA...

Augusto Fontám: arte e activismo social

ÊXITO DA GREVE DO COMÉRCIO abre as portas a umha nova negociaçom do convénio / 04

QUEIMAR A FIGURA DO MONARCA espanhol poderá deixar Santiago Mendes sem casa / 07

O SEGUNDO NATAL do Apalpador / 04

Opinions de: *Beatriz Peres Bieites, Xurxo Borrazás, Alonso Vidal, Valentim R. Fagim e Xan Carlos Ánsia*

Entrevistas a: *Patrícia Porto e Pilar Neira*

NOVAS DA GALIZA
15 de Dezembro de 2008 a 15 de Janeiro de 2009

Tempo de prorrogaçom

BEATRIZ PERES BIEITES

◆

"A SITUAÇOM É EXTREMA, E É POR ISSO QUE NOM DEVEMOS PERMITIR MAIS PERDAS DE TEMPO, MAIS BURLAS NEM MAIS ENGANOS. NESTES 25 ANOS NADA TEMOS GANHADO E POUCO OU NADA TEMOS AVANÇADO: UM CANALZINHO DE TELEVISOM, ALGUMHA ESTAÇOM DE RÁDIO E VÁRIOS DECRETOS POLO GALEGO NO MEIO DE DÚZIAS DE TELEVISONS, RÁDIOS, LEIS E DECRETOS PENSADOS PARA PRESERVAR E FORTALECER O ESPANHOL"

'O galego tem de vida mais umha geraçom'. Isto foi dito há pouco mais de três semanas numha palestra em Compostela. Quem fornecia o dado, um colega reintegracionista de Vigo, baseava a catastrófica (que nom catastrofista) afirmaçom em elementos facilmente verificáveis por cada um e cada umha de nós.

Umha, duas ou três geraçons, é indiferente. Estamos no tempo da prorrogaçom, nom há dúvidas. Ainda que o galego continue a ser maioritário na Galiza, o processo de substituiçom lingüística está extremamente avançado por grupos de idade. O jogo acabou. Já se sabe, às vezes ganha-se, às vezes perde-se. E nós perdemos... por enquanto.

Com esta visom tam dramática do nosso futuro como comunidade lingüística, e portanto também como povo, nom se pretende transmitir desánimo nem dar argumentos para deixar de trabalhar. Muito polo contrário. O cenário é propício para a mudança.

A situaçom é extrema, e é por isso que nom devemos permitir mais perdas de tempo, mais burlas nem mais enganos. Nestes 25 anos nada temos ganhado e pouco ou nada temos avançado: um canalzinho de televisom, algumha estaçom de rádio e vários decretos polo galego no meio de dúzias de televisons, rádios, leis e decretos pensados para preservar e fortalecer o espanhol. Dinheiro e mais dinheiro investido em política lingüística, em subsídios às actividades em galego quase sempre sem importar-se com o conteúdo das mesmas, em planos de fomento do uso da língua tam inúteis como a ridícula campanha do "e logo?", na equipas de normalizaçom lingüística das escolas que maioritariamente gastam em castanhas e gaiteiros... O resultado: muitos amigos feitos. E mais nada. O galego continua sem ser imprescindível para viver.

E este é o cerne da questom: queremos que o galego seja imprescindível para viver na Galiza? Nom para acedermos à funçom pública ou para sermos professoras de biologia, nom. Imprescindível para viver: para explicar na consulta médica os sintomas, para perguntar como se chega à estaçom de autocarros, para compreender as instruçons de uso da aspiradora e para incorporar-se ao mercado laboral.

Nesta altura do campionato – a prorrogaçom – já nom há tempo para partilhar o barco com quem nom tiver isto bem claro; é imprescindível conhecer o destino antes de partir, porque nom vale a pena discutir qual é o melhor caminho para chegar a diferentes lugares...

O que se fai na Galiza em nome do 'galego' e da 'normalizaçom lingüística' deve deixar de ser inquestionável. A recente apariçom no cenário de elementos como 'Galicia Bilingue' ou da 'Mesa por la Libertad Lingüística' pode fazer-nos pensar que o galeguismo tem que permanecer agora mais unido que nunca para enfrentar o inimigo comum, sem questionamentos nem partidarismos. E talvez tenha que ser assim nalgum caso, sem dúvida. Mas o que nos está a exterminar como povo nom é esse grupo de aspirantes a colunistas do El Mundo. Questionar e mesmo opor-se às estratégias "normalizadoras" vigentes nom nos coloca necessariamente ao serviço do espanholismo.

Para 'normalizar' temos duas vias principais; umha é a da paciência, bem conhecida por todas e todos nós: 'ir aos poucos, sem imposiçons, convencendo, ir ganhando ámbitos de uso. Conseguir hoje umha revista em galego, amanhã um programa de rádio... até encher a maior parte de espaços possível...' Poderíamos pensar que é um caminho válido se nom tivesse demonstrado já a sua total ineficácia; e é que aumentárom os espaços para o galego, sim, mas também aumentou o número de falantes de espanhol. Os números som infalíveis e nessa batalha vamos perder sempre, porque sabemos que ambos podem conviver e que som perfeitamente compatíveis. A outra via é a da inversom total do processo, a da ruptura; a que se apresenta com o objectivo anteriormente enunciado: criar umha sociedade onde a língua galega seja o instrumento de comunicaçom entre as pessoas, dotar o galego de todo o que hoje tem o espanhol. E que fai falta para isso? Fai falta um contexto político que permita legislar e planificar lingüisticamente sem interferências alheias; fai falta vontade, honestidade e valentia política para suprimir a obrigatoriedade do conhecimento do espanhol; fai falta impor o galego como qualquer língua se impom no território próprio quando constituído em estado, porque só quando for imposto será realmente necessário para viver.

Estamos na hora de sair à rua e visibilizarmos o conflito, de denunciarmos abertamente os incumprimentos e as manobras dissuasivas, de exigir umha mudança radical de rumo. Os movimentos sociais reintegracionistas estám, de facto, no caminho certo, mas é preciso mostrar mais intransigência e beligerância que nunca.

Temos muita pressa, isto acaba-se. Rompamos a trégua.

O PELOURINHO DO NOVAS

Se tens algumha crítica a fazer, algum facto a denunciar, ou desejas transmitir-nos algumha inquietaçom ou mesmo algumha opiniom sobre qualquer artigo aparecido no NGZ, este é o teu lugar. As cartas enviadas deverám ser originais e nom poderám exceder as 30 linhas digitadas a computador. É imprescindível que os textos estejam assinados. Em caso contrário, NOVAS DA GALIZA reserva-se o direito de publicar estas colaboraçons, como também de resumi-las ou estractá-las quando se considerar oportuno. Também poderám ser descartadas aquelas cartas que ostentarem algum género de desrespeito pessoal ou promoverem condutas antisociais intoleráveis.

Endereço: **pelourinho@novasgz.com**

A FAVOR DO TRABALHO MILITANTE

No número 71 deste jornal, Valentim R. Fagim desenvolve toda umha exposiçom contra o trabalho voluntário, ou contra os movimentos sociais que se baseiam nele. Fala de "voluntarismo" num sentido negativo, ligando-o a "sacrifício" e considerando-o "doença infantil". Compara com crianças ou nostálgicos aquelas pessoas que acreditam numha Galiza construída antes por militantes que por profissionais. A sua argumentaçom, em definitivo, parece apresentar o trabalho assalariado no seio dos movimentos sociais nom como umha medida técnica (nunca isenta de cargas e contradiçons) com que facilitar o activismo, mas como a passagem a um estádio essencialmente carregado de virtude, superioridade e excelência.

A experiência, porém, apresenta nom poucos casos de projectos sociais e culturais que, com base em folhas de pagamento, amadurecêrom tanto que chegárom a apodrecer. A 'assalarizaçom', na maior parte dos casos, nom serviu para 'libertar' os activistas das necessidades impostas polo mercado, mas sim para os converter em funcionários e levar ao seio do activismo todos os seus vícios. Assim, os movimentos sociais estám rodeados de sindicatos, organizaçons políticas e associaçons culturais que convertêrom a sua actividade em mais um produto comercial; e a nossa sociedade está dominada por essa crença de que nengumha actividade é realmente séria e importante enquanto nom implique gastar ou ganhar dinheiro.

Para muitas e muitos de nós, investir tempo, força ou criatividade em elaborar o Novas da Galiza, sem mais (nem menos) compensaçom que a satisfacçom de sentir-nos úteis, nom é sacrifício nengum. Nom militamos como quem cumpre umha jornada laboral; antes, como quem fai amor, e por isso nos orgulhamos de nom receber dinheiro em troca. Somos as e os que pensamos que o facto de este jornal se sustentar em dúzias de pessoas que escrevem, desenham, maquetam, corrigem, distribuem ou divulgam sem receber um peso nom é doença algumha, mas a melhor das suas virtudes.

Miguel Garcia

SINISTRALIDADE LABORAL NO EXÉRCITO ESPANHOL

A 19 de Dezembro de 2005 estourou em Ferrol umha caldeira da fragata "Extremadura". Morrêrom dous marinheiros. Nom procuredes nas estatísticas, porque os acidentes do exército nom entram nos dados da sinistralidade laboral. As famílias luitam, desde entom, por saberem o que aconteceu aquela noite e porque aconteceu. Sabê-lo poderia ajudar a evitar outra nova desgraça. O almirante chefe do Estado Maior da Armada, responsável pola manutençom que a fragata nom passava, está na reserva. O juiz que leva a causa tardou mais de dous anos a pedir as provas do acidente e quando o fijo já nom existiam. Alguém ordenou destruí-las. Alguns pensarám que o exército nom é necessário. Que a culpa a tem quem entra nessa instituiçom tam corporativa, com justiça própria e na qual até os sindicatos estám vetados. Nom sei. O único que sei é que, às famílias dos rapazes que se alistam por vocaçom, engano ou precariedade laboral, nom lhos podem devolver em cadaleitos.

Francisco Maceira

Estertores

XURXO BORRAZÁS

◆

"SE CALHAR, A AUTOESTRADA NOM FOI HÁ TRINTA ANOS UMHA NAVALHADA PARA A NOSSA TERRA, MAS A PORTAGEM AINDA O É. PORQUE AS ALTERNATIVAS SOM, DEVIDO ÀS DENSIDADES DE TRÁNSITO DE HOJE, IMPRATICÁVEIS, INCOMPATÍVEIS COM A RENDABILIDADE E MESMO PERIGOSAS"

◆

Quando um ser vivo sente a morte perto, dá os últimos suspiros, num gesto aparentemente contraditório com o seu estado terminal, debruçado sobre o abismo. Os humanos materializam esta condiçom em forma de umha expressom desestruturada, os delírios. Os nossos anciaos vilegos, por exemplo, para espanto de familiares e visitas, voltam a falar em galego. Sai-lhes o que som, ou o que fôrom.

À primeira legislatura bipartida, já lhe dobram os quartos que precedem as badaladas, chega ao seu fim, e o vice-presidente do governo fai agora a declaraçom mais sensata que lhe ouvimos nestes quatro anos, umhas palavras aparentemente contraditórias com o seu discurso, mas que aqui subscrevemos: "os galegos e as galegas vam ter que deixar de pagar as portagens da autoestrada."

Sai esta manifestaçom radical e assemblear da mesma pessoa que dirige o *aggiornamento* centrista do BNG, e o caso é que um comparte-a. As declaraçons dos membros nacionalistas do governo que um mais comparte adoitam ser aquelas sobre áreas ou questons em que nom tenhem potestade. O falar...

No caso da autoestrada, o que propom Anxo Quintana (porque dizer, dixo-o) seria o maior empurrom concebível para a economia galega, e para umha estruturaçom racional do nosso país: aliviaria as economias privadas, daria vida às empresas, melhoraria a relaçom entre os territórios, permitiria umha situaçom mais modesta, realista e viável de universidades, portos, aeroportos ou das próprias instituiçons autonómicas.

Se calhar, a autoestrada nom foi há trinta anos umha navalhada para a nossa terra, mas a portagem ainda o é. É-o mais do que nunca porque as alternativas de comunicaçom e transporte som, devido às densidades de tránsito de hoje, impraticáveis, incompatíveis com a rendabilidade e mesmo perigosas. Tragando o sapo, até diria que a Cidade da Cultura seria menos disparatada se chegar a ela desde as áreas urbanas de Vigo ou da Corunha, onde se concentra o grosso da populaçom, fosse menos custoso.

Por se acaso, o presidente da Junta, esse campeom revolucionário do Maio de 68 compostelano, o *cidadano* Touriño, já saiu repreender o seu segundo abandeirando quanto às regras do jogo.

Mas voltemos à frase: vamos ter que deixar de pagar a portagem. Imaginemos que isso se leva a cabo. A polícia, ou o exército, apresentariam-se de contado para fazer frente à revolta capitaneada por Quintana. Pois bem: Que defenderiam exactamente esses corpos armados quando se opugessem ao desafio popular? A quem estariam a proteger os seus fusis e os seus cacetes? "A legalidade", diria o cidadano T. E a quem defenderia essa legalidade? Defenderia as mais-valias e os bônus e as stock options dos directivos e os investidores do Citigroup.

Os doentes da Costa da Morte pagam por deslocar-se ao hospital da Corunha numha autoestrada construída com fundos públicos e que o Parlamento aprovou que nunca ia ser de pagamento, para custear as melhorias na saúde que Obama di querer pôr em marcha. Ou as compensaçons multimilionárias de uns directivos ruinosos que nem sabem onde se encontra a Europa. Os doentes da Costa da Morte desembolsam para que a Sacyr se reponha e a Repsol nom passe a ser controlada pola Lukoil. Esta crise mostra melhor que nunca as tripas do capitalismo real. Nós somos as tripas, ou o que circula por elas.

Seria injusto nom lembrar que o mérito principal é do PP, mas todos sabemos que o lume queima. A cousa agora é ver como se apaga.

NOVAS DA GALIZA

EDITORA
MINHO MEDIA S.L.

DIRECTOR
Carlos Barros G.

CONSELHO DE REDACÇOM
Alonso Vidal, Antom Santos, Iván Garcia, Sole Rei, Helena Irímia, Eduardo S. Maragoto

DESENHO GRÁFICO E MAQUETAÇOM
Miguel Garcia, Carlos Barros, Manuel Pintor

IMAGEM CORPORATIVA
Miguel Garcia

FECHO DA EDIÇOM: 20/12/08

INTERNACIONAL
Duarte Ferrín

COLABORAÇONS
José E. Vicente, Zélia Garcia, Maria Álvares, Vera-Cruz Montoto, Xabier Xil, Xiana Árias. **Opiniom**. Gustavo Luca, Maurício Castro, X. C. Ánsia, Santiago Alba, Daniel Salgado, Kiko Neves, J.R. Pichel, Carlos Taibo, Celso Á. Cáccamo, Jorge Paços, Adela Figueroa, Joám Peres, Pedro Alonso, Luís G. 'Foz', Alberte Pagán, Concha Rousia, Xurxo Martínez, Alexandre Banhos, Raul Asegurado, Miguel Penas. **Cronologia.** Iván Cuevas. **Música**. Jacobe Pintor. **Galiza Natural**. João Aveledo. **Sexualidade**. Beatriz Santos. **Língua Nacional**. Valentim Fagim. **Desportos**. Anxo Rua Nova, Xavier S. Paços. **Cinema**. Francesco Traficante

FOTOGRAFIA
Arquivo NGZ
Natália Gonçalves
Galiza Independente (GZI)
Xavier Sampil

ADMINISTRAÇOM
Irene Cancelas Sánchez

HUMOR GRÁFICO
Suso Sanmartin, Pepe Carreiro, Pestinho+1, Xosé Lois Hermo, Gonzalo Vilas

CORREÇOM LINGÜÍSTICA
Eduardo Sanches Maragoto
Fernando Vázquez Corredoira
Vanessa Vila Verde
Mário Herrero (Suplementos)

D. LEGAL: C-1250-02 / As opinions expressas nos artigos nom representam necessariamente a posiçom do periódico. Os artigos som de livre reproduçom respeitando a ortografia e citando procedência. A informaçom continua periodicamente no sítio web www.novasgz.com e no portal www.galizalivre.org

MAO COMUM

A história recente da Galiza está cheia de grandes paradoxos. O povo organizado foi capaz de armar umha rede ampla em defesa dos montes comunais, que fijo com que um regime como o franquista tivesse que admitir esta "excepcionalidade" jurídica para ganhar um certo verniz de poder legítimo. Porém, e enquanto a mao comum sobreviveu legalmente a enxurrada individualista e privatizadora das últimas décadas, nom foi capaz de manter o vigor de outrora. As armadilhas administrativas e a pressom do florestalismo figérom-na abalar; o enfraquecimento da vida comunitária colocou-na, ainda nos dias de hoje, num resistencialismo de futuro incerto.

A insegurança destes tempos de crise está a focalizar de novo o interesse sobre o agro. Há minorias que pretendam inverter o êxodo dos últimos quarenta anos, e desata-se um crescente interesse social pola economia produtiva e o conhecimento daquilo que comemos. Talvez por isso o juízo colectivo da gestom rural da actual Junta bipartida seja mais expectante que o de outras áreas de governo, onde o descrédito cresce de dia para dia. Independentemente das famílias do nacionalismo que observemos, todo o mundo quer confiar num País que produza de verdade, porque todo o mundo o sabe base irrenunciável de umha soberania digna de tal nome. O NOVAS DA GALIZA chega-se às engrenagens profundas de umha das instituiçons mais bem assentes no nosso agro, os montes comunais, e às tentativas políticas e empresariais de desnaturalizar esta forma de democracia alimentada na base. As ameaças que pairam contra a mao comum acarretam, como acarretárom sempre, ameaças contra a Galiza inteira.

PESTINHO

NOVAS DA GALIZA
15 de Dezembro de 2008 a 15 de Janeiro de 2009

NOTÍCIAS

Indústria adia distribuiçom da potência eólica no meio de fortes polémicas

O amigo do BNG Jacinto Rey, com a ENCE, situa-se no grupo dos concorrentes melhor posicionados

REDACÇOM / No passado dia 18 de Dezembro um "erro informático" nom constatado servia como pretexto para que a Conselharia de Inovaçom e Indústria adiasse os resultados da repartiçom dos cobiçados 2.325 megavátios de potência eólica oferecidos. No dia a seguir, supostas "dificuldades técnicas" voltavam a impedir conhecer os beneficiários, ao mesmo tempo que se anunciava umha demora de sete dias para tornar pública a informaçom.

Entretanto, continuam as trocas de declaraçons entre a Conselharia do Meio Ambiente -PSOE- e a de Indústria -BNG- sobre os critérios e os destinos da divisom do bolo, e também as batalhas soterradas entre os concorrentes e as negociaçons que se estám a produzir à porta fechada. O negócio aberto implica o maior volume económico a distribuir polo BNG desde que tocou poder na Junta e nele entram em jogo grandes interesses das fortunas galegas.

Dúzias de empresas, muitas delas criadas para a ocasiom, optárom à partiçom de um bolo que permitirá a construçom de 1.200 novos moinhos no território nacional. Proporcionará lucros equivalentes ao gasto anual da Junta da Galiza em construçom de estradas, dado que cada aerogerador produz umha rentabilidade neta de 60.000 euros por ano. Com umha Galiza produzindo 6.500 megavátios eólicos, os beneficiários dividirám-se mais de 465 milhons anualmente, segundo dados emitidos polo próprio sector.

Aliança entre Jacinto Rey e ENCE

O dono da construtora San José, Jacinto Rey; o líder de 'Nueva Cerámica', Epifanio Campo, e o ex-presidente de Fadesa, Manuel Jove, aliárom-se com a ENCE para constituir Ineravan, grupo mui bem posicionado no concurso segundo fontes de Indústria. Os empresários dividirám-se 65% da sociedade, enquanto a ENCE dispom do 35% restante. O poder económico da aliança e a oferta de transferência da papeleira para outra localizaçom som os grandes avais com que conta a agrupaçom, adequando a sua proposta aos critérios requeridos pola Conselharia.

A este respeito, a organizaçom ambientalista Erva emitiu um comunicado em que julga que valorizar o projecto de transferência da ENCE para conceder megavátios nom é "argumento suficiente", dado que entendem que a própria existência da celulose -que possui indústrias em Louriçám e Návia- vai ligada "a um determinado modelo de aproveitamento florestal intensivo, que se tem revelado como enormemente pernicioso a nível ambiental e claramente antieconómico para as rendas do colectivo de proprietários de montes". Enviárom as suas queixas à Conselharia de Indústria assim como a Meio Rural para que intervinhesse na decisom.

FPG denuncia a gestom do Decreto Eólico

Por parte da Frente Popular Galega questionam tanto o "uso político do Decreto" como a vontade de assegurar ganhos a "determinadas empresas que sustenhem projectos do BNG, quer sejam estes empresariais ou jornalísticos", em referência a San José, proprietária do semanário 'A Nosa Terra' e do 'Xornal de Galicia'. Criticam que nom se opte por "repotenciar os parques eólicos actuais em vez de abrir novos" e acusam Fernando Blanco de "covarde e vendepátrias" por "ceder perante os interesses do patronato eólico". Criticam duramente o BNG por "incrementar a condiçom colonial da nossa terra".

Conseguem 'sentar' a Patronal

Greve do comércio abre possibilidade de negociar o convénio

REDACÇOM / O pessoal do comércio vário da província da Corunha deu unha nova liçom de mobilizaçom operária na segunda jornada de greve no sector, desenvolvida exitosamente a 28 de Novembro. A paralisaçom foi secundada por quase 90% dos trabalhadores, que novamente saírom em massa às rúas para se unirem aos piquetes que durante todo o dia percorrêrom a Corunha, Compostela e Ferrol.

A greve foi secundada por 95% dos empregados na Corunha e por 80% em Ferrol e Compostela. Aproximadamente 500 trabalhadores participárom no piquete na cidade herculina, 300 em Ferrol e 200 na capital da Galiza. Graças a esta demonstraçom de força do pessoal, a greve do dia 28 de Novembro pode ser qualificada de êxito rotundo, nom tendo surtido efeito as coacçons do patronato ou os chamamentos do mesmo à Delegaçom do Governo espanhol para que reprimisse a acçom dos piquetes.

Em Compostela, o piquete desenvolveu a sua acçom informativa polo centro comercial Área Central, pola cidade histórica e pola zona nova. À primeira hora da manhã contabilizárom-se até nove carrinhas policiais. Em Ferrol, os trabalhadores percorrêrom o centro da cidade e as zonas comerciais da Gándara e Odeom (Narom). Um sindicalista foi levado à esquadra para ser identificado, mas meia hora depois pudo reincorporar-se ao piquete.

A cidade da Corunha voltou a ser a que maior número de trabalhadores e trabalhadoras reuniu, e também a mais conflitiva. Identi-ficaçons, ameaças e novas agressons dos trabalhadores de segurança ao grupo de piquetes voltárom a ser boa mostra da repressom contra o movimento em defesa dos direitos neste sector tam vivo e novo.

Mediaçom de Trabalho

Depois de duas jornadas de greve e um longo conflito, e perante novas ameaças de greve para este Natal, as datas de maior afluência às áreas comerciais, o Patronato decidiu solicitar a Trabalho umha mediaçom com as centrais sindicais para a terceira semana de Dezembro. Podemos estar à frente do final deste conflito ou da abertura de umha nova etapa de tensom na negociaçom colectiva do convénio.

O APALPADOR JÁ ANDA POLAS RUAS DA GALIZA

REDACÇOM / A quase totalidade dos centros sociais galegos, numerosas associaçons culturais e sítios da Internet comprometidos com a nossa cultura, animam-nos a um outro Natal, menos consumista e mais nosso. Assim, o Apalpador andará por algumhas vilas do Berzo, o seu lugar originário, graças à associaçom Fala Ceive. Estará presente em Doncos (Ancares) graças a associaçons de base, e chegará a Lugo da mao do CS Mádia Leva. Descerá até a Límia da mao do CS Aguilhoar, e percorrerá o Ocidente do país através da rede de centros sociais, de Ferrol a Ponte Areias, passando por Vigo. Parará também em Compostela, num cortejo que terá lugar na tardinha do dia 24 de Dezembro, iniciativa que tivo muito eco em numerosos meios de comunicaçom de ámbito galego.

Alexandre Furelos, do grupo promotor da televisom Canal.On

"Queremos utilizar a televisom como arma dos movimentos sociais, polo alcance com que conta entre a populaçom"

REDACÇOM / Alexandre Furelos é um dos impulsionadores de Canal.On, umha iniciativa audiovisual surgida no concelho de Vedra que pretende assentar as bases para a criaçom de umha emissora televisiva analógica com forte compromisso social de carácter comunitário. Explica-nos a situaçom do seu projecto e as perspectivas de futuro numha comarca com um importante tecido associativo de base.

Que vos leva a lançar o projecto?
Levamos uns anos a pensar em criar um espaço livre, reivindicativo e participativo, em que tenham cabimento desde os velhos até as crianças, facilitar umha ferramenta para que os vizinhos e vizinhas podam expressar-se, denunciar ou simplesmente saudarem a quem quigerem.

Em vinte anos que levamos muita gente do colectivo, nos movimentos sociais tenhem-se usado muitos tipos de meios de expressom e denúncia. Agora mesmo está-se a trabalhar muito com o audiovisual e a Internet, mas nós queríamos chegar a todo o mundo e a Internet nom a usa toda o gente. Por isso pensamos na televisom, um meio que hoje em dia tem um grande alcance entre toda a populaçom.

A televisom nom deixa de ser umha arma, arma que o poder usa à discriçom. Entom, porque é que nós nom podemos fazer o mesmo? Poderíamos fazer um jornal ou rádio, mas somos demasiado preguiçosos para escrever e, ainda gostando de rádio, pensamos que estamos na era da imagem, dos mass-media, e se existe a Quin TV, porque nom Canal.On? Nós nom enganaremos ninguém. Outra cousa que nos leva a lançar o projecto é que somos 'anti-sgae' até a medula, e cremos que este também é um bom meio para os combatermos. Como dixem antes, trata-se de usar as armas deles contra eles; se eles tiram proveito, nós também.

É um projecto para a vossa comarca ou pensades ampliar a cobertura?
Canal.On é um projecto para a comarca do Ulha e nada mais, mas nom quer dizer que o nosso projecto fique por aquí. Queremos que o mesmo que estamos a fazer nós se faga noutras comarcas e em cidades e vilas; nós estamos dispostos a contribuir com a nossa experiência, os conhecimentos e meios ao nosso alcance para que isto se espalhe e criar umha rede de televisons comarcais, locais ou de bairro (tanto dá o alcance), juntando a força necessária para reivindicar um espaço livre para nós. Ao dizer 'nós' refiro-me aos movimentos sociais que ainda nom chegou a privatizar Cultura, Juventude, Meio Rural, etc.; esses movimentos sociais levamos anos luitando, porque ninguém nos deu nada oferecido, sempre tivemos que luitar polo que queríamos, polo nosso espaço e continuamos nisso, porque sabemos que governe quem governar sempre teremos que luitar contra eles, porque eles som os que primeiro luitam contra nós.

Tendes em conta que o apagom analógico vem aí, nom é?
Creio que em Abril de 2010. A nossa primeira ideia era apropriarnos do meio analógico justo no momento do apagom, mas creio que já nom vamos chegar; queremos ir passo a passo, assentando bem o projecto, e nom creio que consigamos a força necessária para manter um braço de ferro com o poder nessa altura; mas que esperem, que essa força a conseguiremos, com menos meios que eles mas com mais ánimo e convencimento. O que sim pedimos à gente é que nom se desfaga das televisons analógicas, porque poderiam-se converter num veículo de liberdade real, nom a liberdade que nos querem vender os partidos no poder, que acabam por comprar os especialistas em luitas "cívicas", como di Miguel Amorós... esses que sempre estám dispostos a vender-se, para exercerem de falsos libertadores primeiro e para se converterem nos piores repressores depois. As provas estám bem à vista.

Ides aproveitar a Internet de algumha maneira? Como valorizades experiências como GZ Vídeos ou Olho Livre?
Claro, temos um blog em gestaçom (*http://canalontv.blogspot.com*) e todo o material que figermos vamos pô-lo no blog para que o poda ver gente de todos os lados. Conhecemos Gzvideos e Olho Livre, que para nós som umhas mui boas experiências. De facto, esperamos contactar com eles para podermos trabalhar juntos, mas há que ter em conta que ainda tivemos a segunda assembleia há uns dias, ainda que vaiamos a bom ritmo. Também temos contacto com o argentino Grupo Alavío e, dentro deste grupo, com Ágora TV, que funcionam de maneira mui parecida a Gzvideos, com umha página em que tenhem um montom de vídeos e documentários de diferentes luitas, sobretodo na América, mas também de mais partes do mundo.

Que objectivos vos marcades?
Todos! (risos). Algum dos objectivos já os comentei, mas o primeiro seria criar um espaço livre de divulgaçom, reivindicaçom e participaçom na nossa comarca. Depois, mostrar como isto o pode fazer qualquer pessoa, mesmo com poucos meios, e nom fai falta ter estudos e demais: com umha cámara e um computador já está. Claro que há gente que nom tem cámara nem computador, mas há formas de consegui-los e nom tem porque ser o último modelo. O que queremos é dar a volta ao conceito de televisom alinhada que existe dentro dos movimentos sociais, com toda a razom, porque fazer televisom também é um grande exercício de imaginaçom, sobretodo sem meios. Todo isto queremos que se espalhe por diferentes comarcas, vilas, bairros e, por último, reivindicar um espaço livre para as televisons, mas livre de verdade.

Como valorizades a situaçom e o papel dos meios alternativos na Galiza?
A nossa valorizaçom é positiva, sempre que sejam livres, já que hoje em dia a palavra alternativa já nom é o mesmo. Achamos que tenhem que existir jornais como o Novas da Galiza, cremos que tenhem que existir rádios como a Kalimera ou Piratona e também pensamos que tenhem que existir televisons. Eu, a que mais conheço é a rádio Kalimera; estivem quando começou no Burgo das Naçons, no pavilhom social, e fum seguindo a sua trajectória. Para mim é um exemplo a seguir neste projecto, já que leva mais de 15 anos e continua a manter o mesmo espírito com que começou, que é o de ser livre.

CRONOLOGIA

◆ 10-11-2008

Um vizinho de Cambre apunhala a sua mulher em Vila Boa e continua a viagem com o cadáver até a sua vila para se entregar à Guarda Civil.

◆ 11-11-2008

Miguel Ángel Méndez Ríos, marinheiro do Pesca Berbés III da armadora Novo Laredo, morre enquanto fainava no Grand Sole. No dia anterior morrera também um trabalhador lalinense da fábrica de construçom Castro Senra.

◆ 12-11-2008

Ugio Caamanho é libertado após ter permanecido em prisom preventiva mais de metade do tempo de condenaçom final. Dous dias antes fora libertada Giana R. Gomes, que ultrapassou em três meses a pena de cárcere que lhe tinha sido imposta.

◆ 13-11-2008

Membros de Galiza nom se Vende fecham-se na Conselharia do Meio Ambiente em Compostela, nos edifícios administrativos da Junta em Vigo e na Corunha, e nas cámaras municipais de Ferrol, Mugardos e Riba d'Ávia.

◆ 14-11-2008

CIG Ensino denuncia que os cinco centros do Opus Dei que segregam o alunado por sexos recebem dous milhons de euros da Junta da Galiza.

◆ 15-11-2008

Bautista Álvarez renuncia à presidência da UPG.

◆ 16-11-2008

Faro de Vigo desvenda a detençom em Julho de 14 pessoas vinculadas à máfia na cidade olívica.

◆ 17-11-2008

Mais de oito mil trabalhadores do sector da limpeza da província de Pontevedra vam à greve indefinida depois de que a patronal impugnasse o princípio de acordo do convénio colectivo e incumprisse o Acordo Extrajudicial de Conflitos Laborais.

NOVAS DA GALIZA
15 de Dezembro de 2008 a 15 de Janeiro de 2009

◆ 18-11-2008

Cinco mil ganadeiros manifestam-se em Compostela em defesa de preços justos para o leite com duas marchas, umha convocada por Unions Agrárias e Jovens Agricultores e outra polo Sindicato Labrego.

◆ 19-11-2008

Polícia carga na manifestaçom contra o plano Bolonha em Lugo, deixando seis estudantes feridos e detendo um rapaz de 16 anos, militante de Agir.

◆ 20-11-2008

Ferido grave um trabalhador no porto pesqueiro de Vigo ao ser golpeado por umha carga.

◆ 21-11-2008

Grupo Calvo nom renova o contrato da planta de El Aaiun aduzindo motivos económicos, depois de ter benefícios de mais de dous milhons de euros e de que activistas saarianos reclamassem a sua saída dos territórios ocupados.

◆ 22-11-2008

Mais de 100 pessoas recebem Ugio Caamanho e Giana R. Gomes em Compostela.

◆ 23-11-2008

Pladimega denuncia a "sabotagem" a um mexilhoeiro de Vila Nova de Arouça que perdeu 2.200 sacos de mexilhom que pensava comercializar na Itália.

◆ 24-11-2008

Dous marinheiros indonésios do porto de Celeiro morrem na Escócia enquanto fainavam com temporal de força 8.

◆ 25-11-2008

Cem trabalhadores da limpeza apanham o barco para Cangas depois de que a polícia lhes impedisse manifestar-se na sede da Confederaçom de Empresários em Vigo.

◆ 26-11-2008

Morre atropelado em Compostela Oriente López, operário do serviço de conservaçom das estradas que limpava os restos de um acidente de tránsito.

A atençom telefónica do SERGAS foi externalizada cara umha empresa privada

Criaçom de 'Saúde em linha' encarece acesso telefónico à sanidade pública

REDACÇOM / Com a criaçom do serviço de atendimento telefónico "Saúde em Linha" (902-077-333), telefonar para marcar consulta com os nossos médicos e médicas vai sair-nos mais caro. A gestom deste serviço do Sergas vai ser privatizada e, no caso concreto da atençom sanitária básica, a chamada poderá custar até 70 cêntimos por minuto, incluído o estabelecimento de chamada. Ainda por cima, este preço nom será diferente caso tenhamos, dependendo do nosso operador de telefonia, um contrato telefónico com determinadas faixas horárias mais baratas ou grátis, porque os telefones 902 estám isentos de qualquer tipo de oferta para os clientes. Em definitivo, telefonar para o Sergas vai sair mais caro que a chamada local, apesar de o Sergas e a própria empresa terem dito ao princípio que a chamada iria ser contabilizada como tal. Por outro lado, a CIG advertiu que a privatizaçom deste serviço "vai precarizar as condiçons de trabalho". Diferentes colectivos estám a divulgar os telefones provinciais que qualquer telefone 902 tem associados, mais baratos e igual de eficazes, já que nos atendem os mesmos operadores. Polo contrário, as entidades que levam o assunto, continuam a ocultar esses números de telefone, que som os que seguem a continuaçom: Corunha: 981-952-950; Lugo: 982-269-893; Ourense: 988-398-350 e Ponte Vedra 986-806-350.

Galaria

A empresa pública Galaria (substituta do Instituto Galego de Medicina Técnica - Medtec-) pagará mais de 600.000 euros para poder operar numha clínica privada de Vigo, o hospital Nuestra Señora de Fátima. Para a Administraçom este movimento justifica-se para "reduzir listas de espera". Porém, segundo a conselheira da Saúde, Maria José Rubio, os serviços assistenciais geridos polo Medtec passarám em 2010 a ser prestados polo Serviço Galego de Saúde (Sergas). Segundo a Junta, a partir desse momento, Galaria encarregaria-se exclusivamente de gestons infraestruturais e de consultoria: "A criaçom de Galaria pom data de caducidade às unidades assistenciais geridas fora do Sergas". Rubio respondia assim às críticas do PP, que considera que se está a incumprir a promessa de integrar as unidades assistenciais do Medtec na saúde pública, ao atribuí-las a um "holding empresarial para penetrar em todo o que tenha a ver com a saúde", em referência a Galaria. Por outro lado, os boatos sobre influências no seio de Galaria já chegárom ao Parlamento, transcendendo que umha filial de um ex-secretário geral da Conselharia da Saúde assinou um contrato com esta empresa polo valor de 75.000 euros. Para a CIG, a via Galaria é semelhante à aplicada em Madrid por Esperança Aguirre e em Inglaterra por Thatcher, umha privatizaçom encoberta da saúde pública: "está-se a planificar a utilizaçom de Galaria para compartilhar com empresas privadas o financiamento do plano de infraestruturas sanitárias".

Perante a crise, sobressoldos

ALONSO VIDAL

◆

"É bem difícil justificar no século XXI que, por permanecer dous anos como conselheiro ou alto cargo, alguém consolide para toda a vida o máximo nível que pode ter um empregado público. Pensávamos que o nível dependia do posto de trabalho que se desempenha, mas estávamos enganados. Estes botam dous anos e depois já podem arranhar a barriga". Estas eram as opinions da central sindical nacionalista CIG no momento em que se aprovava a polémica disposiçom adicional da reforma da Lei da Funçom Pública, que implicava de facto que centos de empregados da funçom pública pudessem consolidar o complemento de destino. Lembremos que a compensaçom salarial surgiu de umha emenda do PP e foi pactuada sem nengum rubor polos três grupos parlamentares do Hórreo. A ideia era permitir que os cargos políticos que ocupam um alto cargo durante dous anos consecutivos ou três alternos pudessem conservar um plus retributivo que a actual Lei de Orçamentos do Estado fixa em 14.721 euros por ano. O BNG aceitou e apoiou a disposiçom, se bem que no momento de maior contestaçom social deixasse transmitir, sem muito entusiasmo, algumhas opinions contrárias. Apenas o sindicato nacionalista CIG se atreveu a representar a indignaçom social e decidiu avançar com um abaixo-assinado contra a iniciativa parlamentar. Segundo este sindicato, a medida significava "um sobressoldo para toda a vida para mais de 2.000 pessoas», já que num princípio estariam incluídos directores gerais, subdirectores, delegados provinciais, secretários de delegaçom, secretários gerais, pessoal de fundaçons, pessoal de consórcios administrativos, directores gerentes, directores de gabinetes, pessoal dos gabinetes no exterior, Casa da Galiza em Madrid, directores dos organismos autónomos, entidades de carácter público, TVG e Real Academia Galega (RAG), entre outros. Em meados de Junho foram entregues mais de 19.000 assinaturas (4.000 mais das exigidas legalmente). Jesus Seixo admitia nessa altura que nom estava muito esperançado com a resoluçom final do Parlamento perante este clamor social.

Nom se enganava o líder sindical. Em todo este tempo nengum deputado, nem grupo político, incluído o nacionalista, mexeu um dedo para que a iniciativa popular fosse considerada polo Parlamento. Nom interessava. O desemprego avança na rua, mas os políticos, sem nenhum tipo de vergonha, arranjam o seu. As eleiçons estám próximas e deste desatino todos deveriam render contas.

Atacam interesses imobiliários e lojas de defensores do idioma espanhol

REDACÇOM / As entradas das lojas ponte-vedresas de Antonio Pernas e Roberto Verino, assinantes do "Manifiesto por la libertad del idioma", aparecêrom seladas na manhá do passado dia 9 de Dezembro, segundo se assinala na reivindicaçom publicada no passado dia 18 no portal galego da rede Indymedia. Na mesma, os autores anónimos da sabotagem assumem o selado da porta de umha sucursal de Caixanova e o furo de umha roda do carro de umha imobiliária da mesma cidade. Assinalam que as acçons "formam parte de um movimento em defesa da terra e da língua" e concluem a reivindicaçom com a palavra de ordem "Adiante a acçom directa".

O almirante Francisco Torrente tinha constância das escalas ilegais da CIA em aeroportos espanhóis

O agora comerciante de armas continua a colaborar com o Ministério da Defesa na eliminaçom de bombas de fragmentaçom

REDACÇOM / O militar ferrolano Francisco José Torrente Sánchez, que fora número dous do Ministério da Defesa com José Bono e chefe do Estado Maior da Armada com Federico Trillo, era um dos poucos mandos que tinha conhecimento do pacto secreto com o governo dos EUA para permitir a aterragem de avions da CIA com destino a Guantánamo. A própria base militar de Rota dependia das ordens de Torrente Sánchez em 2002, ano em que se produzírom boa parte dos voos denunciados com prisioneiros de guerra.

Ainda que o militar abandonou as suas funçons no Exército para presidir a empresa Explosivos Alaveses SA em 2007, como denunciou o Novas da Galiza no seu número 64, mantém a sua colaboraçom com o Ministério da Defesa de Carme Chacón no processo de eliminaçom das bombas de fragmentaçom que o Estado espanhol ainda possui. Nom por acaso é especialista no ámbito, dado que a empresa que agora preside foi denunciada por numerosas entidades, precisamente acusada de fabricar e vender a diferentes Estados o mesmo tipo de bombas que agora contribui a destruir.

José Bono, que nega ter constância da passagem destes avions por território espanhol, tinha outorgado ao militar o rango de Secretário de Estado e permitiu que fosse o único integrante da junta de chefes do Estado Maior de Federico Trillo que nom foi cessado depois de sucessos como o acidente do Yak-42.

Audiência Nacional embarga residência familiar dum acusado de queimar a figura do rei espanhol

REDACÇOM / O juiz Fernando Grande-Marlaska ordenou a penhora ('embargo') da habitaçom familiar do independentista Santiago Mendes, acusado de incendiar umha figura de Juan Carlos de Bourbon após umha manifestaçom da Causa Galiza em Vigo, como fiança prévia ao seu julgamento na Audiência Nacional, onde terá que comparecer junto a Alexandre Bolívar pola sua imputaçom num suposto delito de "injúrias à coroa".

A Audiência Nacional tinha ditado umha fiança de 5.000 euros contra os independentistas. Ao nom ser paga, Grande-Marlaska solicitou aos tribunais de Ponte-Areias investigar o património dos dous imputados, que detectárom umha hipoteca em nome de Mendes pola residência em que reside junto à sua companheira e as suas filhas. Apesar da ordem de penhora ditada em documentos aos quais NOVAS DA GALIZA tivo acesso, a família continua a morar no seu domicílio, ainda que nom poda realizar nengum tipo de transacçom nem movimento sobre o mesmo por estar sob a tutela do tribunal especial até a realizaçom do julgamento, por enquanto sem data definida.

A organizaçom Nós-Unidade Popular, na qual militam os dous imputados, emitiu um comunicado a 16 de Dezembro em que manifesta "todo o seu apoio" a Santiago Mendes, reclamando a sua "livre absolviçom e a anulaçom da providência judicial". Por parte do organismo anti-repressivo Ceivar denunciam a "interferência repressiva de um tribunal político estrangeiro" no trabalho político e social da militância independentista e questionam a "sacralizaçom da figura do rei espanhol, nomeado sucessor de Francisco Franco".

Governo espanhol insiste em desatender recomendaçons da ONU para erradicar tortura

REDACÇOM / O Plano de Direitos Humanos aprovado polo Conselho de Ministros no passado dia 12 de Dezembro é, para a Coordenadora para a Prevençom da Tortura, antes "um agregado de propostas que já estám em andamento do que umha estratégia integral e coerente de promoçom dos direitos humanos". O documento, promovido pola vice-presidenta espanhola Teresa Fernández de la Vega, mantém os regimes de incomunicaçom para as pessoas detidas e nom evita os casos de maus tratos objecto de denúncia da ONU, como mostram as recentes denúncias de torturas por parte de cidadaos bascos.

O Comité de Direitos Humanos de Naçons Unidas instou o governo espanhol a cumprir os protocolos internacionais neste ámbito para, por exemplo, permitir a presença de advogados de livre eleiçom nos interrogatórios. A resposta do executivo consistiu na apresentaçom de um plano que evita dar cumprimento às recomendaçons mais relevantes.

Os documentos governamentais, as sugestons da ONU e as críticas da Coordenadora para a Prevençom da Tortura podem ser consultados nas páginas de Esculca (*www.esculca.net*), entidade galega que fai parte da Coordenadora.

◆ 28-11-2008

No dia em que a Cámara de Ferrol retira a Francisco Franco as honras de Presidente Honorário, Filho Predilecto e Medalha de Ouro, Fraga Iribarne afirma em Aragom que o ditador "nunca foi um criminal, que eu saiba".

◆ 29-11-2008

Vizinho de Ponte Vedra presso por violência de género assassina a sua companheira sentimental, tenta matar a sua ex-mulher e ataca outras três pessoas durante umha autorizaçom penitenciária.

◆ 30-11-2008

Um milhar de pessoas manifestam-se contra do plano Vigo Íntegra.

◆ 01-12-2008

Sacyr Vallehermoso vende a sua filial Itínere, com as autoestradas galegas, ao banco estadounidense Citi.

◆ 02-12-2008

Choques em cadeia implicam 40 veículos na AP-9 entre a Corunha e Compostela e abrandamentos de trânsito por mais de cinco horas.

◆ 03-12-2008

Construtora Eshor comunica ao comité de empresa a sua intençom de despedir 150 empregados, metade do quadro de pessoal.

◆ 04-12-2008

Audiência Nacional permite realizaçom da II Festa pola Liberdade na Sala Nasa, depois da denúncia do PP de Compostela.

◆ 05-12-2008

Três marinheiros mortos e cinco desaparecidos no naufrágio do pesqueiro Rosamar em Burela.

20 09 AXENDA ALTERNATIVA GALEGA

defensa da terra encontros culturais
galego días sinalados
soberanismo feiras
anti-represión festas
muller sitios web
mocidade 2 días por páxina
sindicalismo encadernada en espiral
medios información papel reciclado

Pídea xa, enviando os teus dados persoais (incluido nif para factura) ao enderezo postal ou electrónico de Landra, adxuntando copia do pagamento na conta 2100 2177 65 0200293172 (La Caixa) polo importe de 18 euros (incluidos 4 euros de g. envio). Sinala a normativa (reintegrada ou oficial) da axenda, e sinala tamén se eres subscriptor do novas da galiza, polo que o prezo total será de 16,50 euros.

LANDRA
Rua de Alfonso XIII, 15 - 36201 Vigo - Galiza
T/F 986 44 20 55 • landra@papelaria.org

NOVAS DA GALIZA
15 de Dezembro de 2008 a 15 de Janeiro de 2009

O novo soberanismo catalám. Para a normalizaçom da ideia indepedentista?

JORDI MUÑOZ MENDOZA

"O ÊXITO MAIS IMPORTANTE DO INDEPENDENTISMO – APESAR DAS SUAS LIMITAÇONS – TEM SIDO O DE CONSEGUIR NORMALIZAR A IDEIA DA INDEPENDÊNCIA, DURANTE MUITOS ANOS DESPREZADA COMO UMHA UTOPIA IRREALIZÁVEL E QUE HOJE EM DIA, PARA CADA VEZ MAIS GENTE, TORNOU-SE NUM PROJECTO POLÍTICO REALIZÁVEL"

Para entender a evoluçom recente do independentismo (ou soberanismo) catalám cumpre abordá-lo com certa perspectiva histórica. É preciso ter em conta, antes de mais nada, que, finalizada a Transiçom, o independentismo catalám tinha umha incidência modesta, quase marginal na Catalunha. De facto, os anos da resistência antifranquista e a Transiçom tinham alterado profundamente as correlaçons de forças que havia nos anos trinta e, juntamente com o anarco-sindicalismo, o independentismo foi decerto a força que mais padeceu estas circunstáncias.

De qualquer modo, a ideia independentista, longe de se difuminar, a pouco e pouco voltaria a ganhar corpo. Os anos oitenta fôrom umha recomposiçom progressiva do independentismo, com a incorporaçom de umha nova geraçom cada vez menos conectada com a experiência antifranquista. Podemos falar, neste período, de dous ámbitos básicos que mantivérom e figérom com que se retomasse o movimento: de um lado, a esquerda independentista vinculada ao PSAN e ao Moviment de Defensa de la Terra e, de outra, o ámbito dos Nacionalistes d'Esquerra e a Crida a la Solidaritat, movimentos cívicos que protagonizárom acçons nom violentas de umha certa espectacularidade. O primeiro ámbito, mui condicionado pola experiência da Terra Lliure, a forte repressom e as divisons internas, iria tecendo pouco a pouco e com fortes altos e baixos, umha rede social de base com umha forte implantaçom e enraizamento territorial. Por seu turno, a partir da Crida a la Solidaritat iria-se configurando um espaço social e, sobretodo, uns quadros políticos que a partir de 1986 integrárom ERC, renovando profundamente um partido que entom se encontrava à beira do extraparlamentarismo.

A história posterior é mais conhecida: enquanto umha ERC já explicitamente independentista experimentava um grande crescimento eleitoral (de 4,2% do voto em 1988 a 16,6% de 2003), a Esquerda Independentista sofria duramente o processo de final da Terra Lliure e a forte repressom que em 1992 atingiu o seu punto álgido. Este espaço, porém, mostra umha capacidade de resistência, a partir da base e do território, surpreedente, e, pouco a pouco, iria reconstituindo-se.

A partir de 2003, com a formaçom do primeiro governo de coligaçom PSC-ERC-ICV e o processo de reforma do Estatuto, o independentismo experimentou também umha série de mudanças que o levárom à sua situaçom actual. Este processo de mudança agiu em diversas frentes: por um lado, ERC consolidou o seu poder institucional, na Generalitat e muitos municípios do Principado, ao mesmo tempo que os seus acordos com o PSOE provocam o distanciamento de umha parte das suas bases e a emergência de movimentos críticos internos. Por outra, a esquerda independentista consegue reorganizar as Candidatures d'Unitat Popular (CUP) que surdem em 2007 e conseguem representaçom nalguns municípios importantes do Principado da Catalunha, como Mataró, Vilafranca del Penedès, Vic, Berga ou Valls.

Finalmente, à volta do processo estatutário e a decepçom que dele resulta aparecem umha série de inciativas cívicas que, partindo de umha certa transversalidade ideológica, tentam dar corpo a um movimento social soberanista amplo. A Plataforma pel Dret a Decidir resulta deste processo, reunindo organizaçons de sensibilidades mui diversas e que tenhem protagonizado algumhas das mobilizaçons mais massivas dos últimos anos (como a de 18 de Fevereiro de 2006 e a de 1 de Dezembro de 2007).

Estas mobilizaçons expressam, sobretodo, o cansaço do autonomismo, que tem vindo a perceber-se, por sectores cada vez mais amplos, como umha via morta. A conseqüência é um certo movimento para o soberanismo de sectores políticos e sociais que tradicionalmente tinham ficado à margem, como umha parte de Convergència ou de Iniciativa per Catalunya e de outros nom alinhados.

Podemos dizer que, em certa maneira, o êxito mais importante do independentismo – apesar das suas limitaçons – tem sido o de conseguir normalizar a ideia da independência, durante muitos anos desprezada como umha utopia irrealizável e que hoje em dia, para cada vez mais gente, tornou-se num projecto político realizável. O que resulte disto é ainda umha incógnita, e o movimento poderia desincharse. Mas, polo menos, o ideário independentista saiu das catacumbas e apareceu à luz pública. Para ficar.

ALÉM MINHO

A escola a ferro e fogo

PAULO RUBEN REIS / Na implementação de medidas neoliberais, o governo PS de José Sócrates, tem feito tudo aquilo que os governos de direita nunca ousaram, sobretudo no ataque aos serviços públicos do Estado. Neste âmbito, a ofensiva contra a escola pública encontra-se na ordem do dia.

A estratégia utilizada pelo governo para levar avante as suas políticas para as reformas no ensino, tem assentado basicamente em três pontos:

Diabolização da classe dos professores perante a opinião pública, atribuindo-lhes toda culpa pelo insucesso no ensino, ocultando o atraso de décadas nesta área em Portugal, comparativamente ao resto da Europa, e também o contexto sociológico e a responsabilidade política dos diversos ministros desta pasta ao longo de décadas.

Tentativa de divisão da classe através de um sistema de quotas muito limitado para progressão na carreira, onde a avaliação é feita entre pares, muitas vezes de áreas de conhecimento diferentes, criando ao mesmo tempo um sistema hierarquizado, que atenta contra a democraticidade das escolas. Este sistema tem, obviamente, como único fim a redução de custos salariais e não o incentivo à excelência no ensino.

Introdução de um sistema de avaliação dos alunos altamente burocratizado, levando a que seja extremamente complicado a retenção dos mesmos por falta de aproveitamento escolar, criando assim, por decreto, "sucesso escolar" para as estatísticas, não tendo em conta os reais e desejáveis conhecimentos adquiridos, contribuindo desta forma para a degradação da qualidade do ensino público.

Perante a tentativa de implementação destas medidas, houve uma onda de indignação e descontentamento generalizado nas escolas, criando um movimento de contestação gigantesco, Nunca a classe dos professores esteve tão unida, fazendo frente à intransigência, falta de diálogo e à arrogância do Governo, activando formas de luta que são já históricas, de que são exemplo as manifestações colossais realizadas; a primeira, onde participaram 100 000 professores, e a segunda com 120 000, isto num universo de 130 000 docentes. Também é histórica a recente greve, com uma adesão de 94%, segundo os números dos sindicatos do sector.

Entretanto, o braço de ferro entre o Governo e os professores continua, com mais formas de luta agendada pelos sindicatos.

a ferida

editorial

Arceia

- João de Bonaval, alter-ego literário de João José Varela Aveleda
- Capa de Leandro Lamas
- Inaugura a colecçom de Poesia da editora
- Vinte anos de escritos que traçam o universo poético do autor, ligado à terra e aos seus elementos simbólicos
- Editado em Julho de 2008

11€

Guia de Centros Sociais

- 21 locais ao detalhe em 184 páginas a toda cor
- Reportagens, entrevists, fotos e dados de cada centro social
- Artigos introdutórios do Novas da Galiza, A Casa Encantada e Aturujo.
- 21 reportagens, entrevistas e dados técnicos de cada um dos locais sociais existentes no País. 184 páginas com fotografias a toda a cor dos espaços autogeridos que conformam este novo e ilusionante movimento.

14€ (12€ para assinantes do Novas da Galiza)

Manual Galego de Língua e Estilo

- Mauricio Castro L., Beatriz P. Bieites e Eduardo S. Maragoto.
- Inclui verificador ortográfico em CD-ROM
- Ortografia, morfossintaxe, léxico, estilo, paradigmas...
- 495 páginas. Soluçons e propostas para a escrita em galego reintegrado.
- Alternativas a problemas frequentes, como utilizar a linguagem de forma nom sexista, vocabulários temáticos, gentilicos, usos préticos...

32€

O País na Janela

- Selecçom de textos, artigos inéditos e CD com as 27 números da primeira etapa do Novas da Galiza.
- Artigos inéditos de Bernardo Penabade, Camilo Nogueira, Carme Adán, Celso Á. Cáccamo, Gustavo Luca de Tena, Mauricio Castro, Miguel Garcia, Raquel Mirogalo, Rui Pereira, Santiago Alba e X. Antón Doboo.
- Selecçom de reportagens, artigos e entrevistas dos primeiros três anos do Novas da Galiza.
-Inclui CD-Rom com os 27 números da etapa inicial.

10€

Atlas Histórico da Galiza

- Texto de José Manuel Barbosa Álvares e desenhos e ilustraçons de José Manuel Gonçales Ribeira
- 163 páginas a toda cor
- Inclui mapas da Galiza e da peninsula Ibérica desde a Pré-História até Idade Contemporánea, com propostas para a actualidade

50€ (45€ para assinantes do Novas da Galiza)

CRACHÁS: 1,50€ / unidade

COLANTE GZ: 1€ (PACK DE 10: 4,75€)

GUARDACHUVAS: 10 €

camisolas ngz

NOVAS DA GALIZA

Realiza as tuas encomendas no endereço **encomendas@novasgz.org** ou no telefone **692 060 607**

Ao preço total da encomenda deves acrescentar 4€ em conceito de gastos de envio. Pagamento contra-reembolso ou mediante depósito em conta bancária

NOVAS DA GALIZA
15 de Dezembro de 2008 a 15 de Janeiro de 2009

ANÁLISE

Normalizaçom lingüística, será questom de dinheiro?

OS SUBSÍDIOS À NORMALIZAÇOM USADOS PARA ESTANCAR O STATUS DO GALEGO

EDUARDO MARAGOTO / À vista das despesas realizadas por diferentes departamentos da Administraçom na promoçom do galego, poderia tirar-se umha conclusom: poucos países do mundo, mui ricos, se podem permitir o luxo de planificar a normalizaçom das suas línguas. Se, ainda por cima, os resultados som tam pobres como na Galiza, onde o abandono da transmissom geracional parece nom entender de 'orçamentos', nom deveria ser difícil admitir que a financiaçom da política lingüística exige umha revisom. Obviando o gasto de conselharias, academias, centros de investigaçom e conselhos consultivos, só o gasto em subvençons realizado num ano pola Secretaria Geral de Política Lingüística (SGPL) pode definir-se como assustador: será que a intençom é convencer-nos de que, sendo tam caro e ineficaz, o trabalho normalizador nom vale a pena?

Ninguém pensa que a planificaçom lingüística seja umha área que se poda gerir gratuitamente. As dúvidas começam quando se verifica que o gasto realizado nom está a significar um aumento do uso do galego em nengum dos ámbitos subvencionados. No movimento normalizador actual, a importância do subsídio é tal que poucos grupos se atrevem a viver à margem da mesma. Ora bem, estes som precisamente os que parecem mais motivados, nom tendo o aspecto de estarem a atravessar umha crise. Nas cidades, as ruas estám cheias de cartazes de centros sociais com os quais nom conseguem competir aqueles que anunciam iniciativas em que a Administraçom e as Caixas aparecem como entidades colaboradoras. Mas os grupos nom subvencionados partem de umha premissa que a Administraçom se resiste a financiar: o galego nom é umha língua minoritária de vocaçom doméstica.

Os subsídios partem maioritariamente de Presidência, sobretodo da SGPL que dirige Marisol López

> Verifica-se que o gasto realizado nom está a significar um aumento do uso do galego nos ámbitos subvencionados. No movimento normalizador actual, a importância do subsídio é tal que poucos grupos se atrevem a viver à margem da mesma

Onde vai parar o dinheiro?

Os subsídios partem maioritariamente de Presidência, sobretodo da SGPL, e tenhem três destinos preferentes: as cámaras municipais, as publicaçons periódicas e os centros de ensino. As primeiras recebêrom, em 2007, oitocentos mil euros, a maior parte para "manterem o serviço municipal de normalizaçom lingüística". Porém, a maioria nem sequer conta com um plano de normalizaçom, com o qual é fácil deduzir que o que contratam para poderem receber o subsídio é um corrector ou correctora de textos, isto é, um administrativo ou administrativa mais, e nom umha pessoa encarregada de planificar os usos do galego. Em relaçom às subvençons a jornais, das quais o NOVAS DA GALIZA fica excluído, a Secretaria Geral de Comunicaçom (SGC) destinou, para 2009, a quantia inicial de 111.089 euros, mas este montante costuma ser revisto ao longo do ano, podendo superar os 600.000 euros. Quanto ao ensino, as Equipas de Normalizaçom e Dinamizaçom Lingüística (ENDL) recebêrom, para o ano lectivo 2008-2009, um total de 986.502 euros.

A normalizaçom paga as castanhas

Antes de acabar o mês de Maio, as direçons das escolas galegas costumam pressionar as ENDL dos seus centros para entregarem os projectos a tempo e nom perderem assim o dinheiro que fornece a SGPL. As pressas e a falta de critério acarretam que muitos deles se convertam em meros esquemas de dinamizaçom cultural dos centros, e surgem vozes que se perguntam que terá que ver a leitura de poemas e a organizaçom de magustos com a normalizaçom. Naqueles casos em que as ENDL acertam a distinguir a promoçom cultural da lingüística, centrando-se na segunda, as actividades propostas som, habitualmente, inquéritos atitudinais em relaçom ao galego (cujos resultados sabemos de memória) e campanhas para promover umha imagem da língua que nom seria preciso fomentar, porque há tempo que se tornou em discurso politicamente correcto, nom precisando de subvençom nengumha, a nom ser que a política lingüística consista precisamente em estancar a imagem do galego tal e como está. Em poucos casos, as Equipas experimentam outra via, a da troca cultural com os países lusófonos, para divulgar a ideia de que o galego nom é minoritário, mas a continuidade no tempo destas actividades é efémera. Precisamente esta, umha das poucas linhas de intervençom encaminhada a alterar o status do galego, é a que mais custa digerir à Administraçom, e alguns projectos esclarecem que a única normativa que vam promover vai ser a "vigente". Nom vaia ser que nom haja subvençom.

O convénio que convém

Para além das subvençons, um dos meios de financiamento de amigos do poder mais protestados som os convénios, à conta da normalizaçom lingüítica. O montante de cada convénio sabe-se desde há pouco tempo, porque antes nem sequer eram publicados. Entre o 3º quadrimestre de 2007 e o 2º de 2008, a Junta distribuiu a quantia de 4.483.272 euros entre diferentes entidades, com o suposto objectivo de "fomentar o uso do galego". Com esta frase tam genérica, El País, por exemplo, recebeu 31,42% do total dos convénios assinados no terceiro trimestre de 2007, quando poucos meses antes tinha lançado a sua ediçom 'Galicia', em que mesmo os redactores que tinham o galego como língua habitual se vírom obrigados a mudar de língua. Já no 1º trimestre de 2008, a Fundación Rosalía de Castro, cujo objectivo é divulgar a obra desta autora, está entre as entidades mais favorecidas, ficando com mais de 10% dos 1.228.520 euros totais concedidos. A Confederación de Empresarios de Galicia (CEG) recebeu ainda mais, 11,4%. Polos vistos, para a SGPL, a divulgaçom literária ou o facto de que a página web do CEG disponibilize um serviço de correçcom lingüística, oferecido já por numerosas entidades sem ánimo de lucro, merece mais apoio económico que Ponte nas Ondas, umha iniciativa transfronteiriça que acedeu a pouco mais de 1% do orçamento. Mas o mais surpreendente ainda estava por chegar no 2º quadrimestre de 2008, em que a imprensa escrita em espanhol conseguiu meter nos seus cofres mais de 20% dos 2.936.439 euros atribuídos a este trimestre.

Dados do gasto

Convénios (SGPL)	Total
3º Quadrimestre de 2007	318.313 euros
1º Quadrimestre de 2008	1.228.520 euros
2º Quadrimestre de 2008	2.936.439 euros
Subvençom meios 2009 (SGC)	111.089 euros (quantia mínima)
Subvençom cámaras 2007 (Presidência)	799.000 euros
Subvençom ENDL 2008/2009 (SGPL)	986.502 euros

PRESENTE PARA ASSINANTES DO NOVAS DA GALIZA
GZ
Neste Natal de 2008 NOVAS DA GALIZA oferece a cada assinante um colante GZ para o carro.
Boas festas!

A FUNDO

Prepara-se a primeira Lei de Montes galega com consenso aparente por parte de sectores enfrentados

MEIO RURAL AGUARDA APROVÁ-LA NAS PRIMEIRAS SESSONS PARLAMENTARES DA LEGISLATURA QUE VEM

A futura e primeira Lei de Montes da Galiza avança a tramitaçom com apoios praticamente unánimes tanto do sector madeireiro como das comunidades de montes em mao comum e das entidades ligadas ao mundo florestal. No entanto, mantenhem-se posiçons críticas por parte dalgumhas entidades ambientalistas. A Galiza, a primeira produtora de madeira do Estado cuja superfície arborizada está composta em 73% por eucaliptos e pinheiros, vê nascer umha lei necessária que o NOVAS DA GALIZA analisa com independência depois de ter falado com diferentes agentes interessados na protecçom e defesa dos montes.

C. BARROS / A Conselharia de Suárez Canal pretende aprovar no Parlamento autonómico a Lei de Montes como umha das primeiras iniciativas legislativas do bipartido para a próxima legislatura, depois de ter estabelecido negociaçons e contactos com os sectores envolvidos durante mais dum ano. Entre as principais novidades que apresenta a lei destaca a possibilidade de a Junta tutelar áreas de monte vizinhal abandonadas enquanto nom se criar umha comunidade em mao comum que as administre ou de classificar determinadas áreas como espaços de protecçom especial polo seu interesse ambiental.

O projecto de lei encontra-se agora no Conselho Económico e Social depois de ter incorporado 66% das alegaçons apresentadas por diferentes entidades, conforme referiu o director geral de Montes, Alberte Blanco. A Conselharia do Meio Rural manifesta a vontade de aumentar a competitividade do sector agrícola e florestal, de melhorar em geral o ambiente e de promover a qualidade de vida e a diversificaçom da economia rural. O que significa buscar pontos de equilíbrio entre interesses tam díspares como os representados polos tubarons da Finsa e Ence, as comunidades de montes em mao comum ou das organizaçons ambientalistas.

70 por cento da superfície da Comunidade Autónoma é massa florestal, isto é dous milhons de hectares. Destes, um milhom quatrocentos mil estám ocupados por áreas arborizadas, das quais apenas trescentas setenta e cinco mil som frondosas autóctones, isto é, 27 por cento. Quanto à distribuiçom da propriedade, seiscentos mil hectares correspondem a montes vizinhais (quase um terço do total), dos quais dous terços nom estám administradas por comunidades organizadas.

Alfredo Suárez Canal, conselheiro do Meio Rural, e Alberte Blanco, director geral de Montes

Quanto aos dados empresariais do negócio da madeira, este representa 3,5 por cento do PIB galego, com umhas três mil empresas envolvidas na actividade de transformaçom ou venda da mesma e em áreas relacionadas. Geram vinte e seis mil empregos directos e outros trinta mil indirectos. No que atinge à produçom, cada ano processam-se sete milhons de metros cúbicos na Galiza, o que a situa como a primeira potência do Estado no sector e a nona da Europa, por trás dos estados nórdicos.

> O negócio da madeira implica 3,5 por cento do PIB galego, com umhas três mil empresas envolvidas na transformaçom ou venda da mesma e em áreas relacionadas. Geram vinte e seis mil empregos directos e outros trinta mil indirectos

Consenso aparente entre contrários

Trás reunions bilaterais da Conselharia com os agentes envolvidos, a Lei de Montes apresenta-se como pronta. Em relaçom às posiçons encontradas, a 'Federación Empresarial de Aserradores y Rematantes de Galicia' (FEARMAGA) considera-a umha boa lei que deve perdurar para permitir "continuar a ser potência" e entende que "reflecte a relevância económica do monte". A Associaçom Monte-Indústria, em que estám representados a Finsa e a Ence, e o Clúster da Madeira, concordam com o texto, dizendo porém recear que nom será executada em certas partes. Falam de "excessivo intervencionismo" e de falta de compromisso na planificaçom económica, ainda que tenham acabado por acatar um projecto de lei que em Dezembro de 2006 atacavam. Na altura ameaçavam com opor-se à nova lei e com deslocalizar parte da produçom se nom exerciam como relatores do diploma legal para duplicar a extensom das plantaçons de pinheiros e eucaliptos, expondo que a reflorestaçom com carvalhos seria anti-económica.

Por parte da Organizaçom Galega de Comunidades de Montes Vicinais em Mao Comum (ORGACCMM), o seu presidente, Xosé Alfredo Pereira, manifestou ao NOVAS DA GALIZA que, ainda nom sendo a lei que eles redigiriam, está satisfeito porque ratifica a soberania das comunidades de montes e as características da propriedade vicinal, o que na prática é um freio às especulaçons de certos sectores. Em idênticos termos quanto a este ponto se expressou Claudio Quintillán, o presidente da Mancomunidade de Montes do Castrove-Salnés, também consultado por esta publicaçom. No entanto, Pereira considera que a lei poderia melhorar-se. Salienta que deveria consignar que as únicas beneficiárias dos aproveitamentos em montes comunitários deveriam ser as próprias comunidades. Pensa ademais que a sua forma de propriedade nom fica consignada como cumpriria numha lei que só distingue entre superfícies públicas ou privadas e aponta para a Constituiçom portuguesa como exemplo de texto legislativo que regula a propriedade vicinal (o norte português mantém áreas de monte comunal, assim como territórios da Galiza administrados polas Astúrias e Castela).

Quanto às posiçons ambientalis-

NOVAS DA GALIZA
15 de Dezembro de 2008 a 15 de Janeiro de 2009

tas, é de destacar a escassa participaçom das principais entidades, que nem sequer se posicionárom. Amigos da Terra e a Sociedade Galega de História Natural fôrom as únicas a posicionar-se de maneira crítica, especialmente a primeira, que questiona que a lei nom integre ecologia e economia como umha "dualidade compatível e equilibrada". Discordam do sistema de reunions bilaterais realizadas pola Conselharia por falto de transparência e assinalam que nom se pode aprovar umha lei deste tipo sem se ter definido antes umha estratégia e umha planificaçom florestal.

A responsável do departamento jurídico de Amigos da Terra, Montse Valência, manifestou ao NOVAS DA GALIZA que no texto prevalecérom os interesses das madeireiras por cima dos ecológicos e aponta a que deveria ter-se primado o consenso e a participaçom pública.

Perante as críticas de Amigos da Terra, a única organizaçom que votou em contra da lei no Conselho Florestal, Alberte Blanco contestou que se tratava dumha "lei florestal, nom dumha lei ambiental", arguindo que as questons relativas à protecçom da natureza estavam defendidas por outros diplomas legislativos. Para os ambientalistas, no entanto, a "conservaçom da natureza e o mantimento da biodiversidade devem ser visíveis e penetrar em todos os capítulos de qualquer legislaçom florestal digna desse nome".

O colectivo Erva declarou ao NOVAS DA GALIZA que o projecto de lei poderá significar a "defunçom do plano florestal do PP", ainda que bota em falta "restriçons básicas como a limitaçom de superfícies monoespecíficas maiores de cinquenta hectares" e aponta a que a multifuncionalidade do monte nom deveria exercer-se através da "segregaçom espacial das funçons" mas de maneira integrada, o que entende que deveria explicitar-se na lei.

Franquismo e montes comunais

Os montes comunais ocupavam a imensa maioria da floresta galega desde a época sueva. Hoje, no entanto, abrangem uma superfície reduzida a trinta por cento da que tinham no século XVIII. O franquismo estabeleceu a "tutela municipal" sobre estes montes, de maneira que passavam a ser controlados por um Estado que os utilizou para aí construir infra-estruturas e instalaçons. Entre estas, a base militar do exército espanhol de Figueirido, cuja ampliaçom está a ser contestada. Parece no entanto que as leis autonómicas estariam da parte da vizinhança, pois conforme à lei de Montes em Mao Comum em vigor, de 1989, estas terras corresponderiam às comunidades "com independência do seu aproveitamento actual", dado que umha das características que definem esta forma de propriedade é a sua indivisibilidade. Segundo Carlos Morgade, membro da directiva da OGACCMM, está-se a "usurpar terreno comunal aos seus legítimos proprietários" com a cumplicidade dos jurados provinciais de montes, que continuadamente decidem em favor das administraçons nos contenciosos. Defende que estes jurados deveriam reconhecer o carácter vicinal de todos os terrenos declarados como tais. No caso de existirem instalaçons impostas como as militares da Brilat, entende que se deveriam estabelecer convénios negociados entre as instituiçons e as comunidades e no caso de nom se chegarem a acordos se deveria optar pola via das expropriaçons para fazer justiça.

A evoluçom do mundo rural enfraqueceu os laços comunitários. O monte comunal sobrevive, mormente, como fonte de receitas através da venda de madeira

O monte comunal na Galiza de hoje

A. SANTOS / A idiossincrasia galega sempre tivo um encaixe conflituoso no ordenamento jurídico-político espanhol, desde a sua construçom oitocentista. Um dos expoentes mais notáveis deste desajustamento entre a realidade nacional e os textos legais fôrom os montes vizinhais em mao comum. No conjunto do território europeu, as sociedades agrárias pré-modernas tivérom amplos espaços sociais onde a riqueza era administrada colectivamente, com graus de igualitarismo diferentes. No nosso país, estas tradiçons comunitárias frutificárom no uso do monte, através dumha forma de posse que, segundo os especialistas, se originaria na época germánica. Na grande maioria do território galego dominava a propriedade vicinal em mao comum, que supunha que toda umha extensom de monte era propriedade do conjunto da paróquia; em zonas da Marinha e do norleste galego, por contra, a forma de posse era o chamado "monte de varas", em que cada casa da aldeia possuía umha extensom, sempre proporcional à riqueza da exploraçom em questom.

Reconhecimento jurídico

Como é sabido, a paróquia nom tem nenhum reconhecimento legal no quadro estatal espanhol. As propriedades comunais, portanto, nom fôrom reconhecidas no ordenamento legal hispano desde o século XIX, e a realidade vivida - a paróquia - batia com a realidade imposta - o concelho. No entanto, as comunidades continuárom a gerir naturalmente os seus montes enquanto o Estado espanhol nom tivo umha força coerciva suficiente. O monte serviu como sustento principal do chamado complexo agrário galego. Fornecia fertilizantes em grandes quantidades, dedicava-se à cultura de cereal, e servia de zona de pastoreio, extracçom de lenha e mesmo de lousa. A sua utilizaçom estava perfeitamente delimitada pola tradiçom oral, que regulava o funcionamento destas pequenas economias locais, que se regiam por normas que vinham, por palavras dos vizinhos, "marcadas por tempo imemorial". As primeiras tentativas liberais de eliminar o comunal através do parcelamento visavam a consecuçom dumha propriedade "livre, plena e perfeita", quer dizer, a propriedade privada burguesa própria do nosso tempo. Sem embargo, estas pretensons governamentais chocárom em muitas ocasions com o cepticismo de analistas e pensadores mais debruçados na realidade galega, que viam na mao comum um recurso fundamental para as famílias com menos recursos. As casas mais dependentes de exploraçons minúsculas e mais castigadas por umha má repartiçom da terra tinham no comunal umha fonte de sustento importante. Daí que o monte fosse chamado naquela altura "socorro de menesterosos", e que as tentativas por arrebatá-lo nom fossem tam contundentes como décadas depois.

> Artelhou-se um movimento de comuneiros em favor de um outro uso do território, contestatário com a legislaçom estal e autonómica. Porque apesar de se reconhecer a existência dos montes vizinhais e da devoluçom aos seus donos, a administraçom nunca contou com as comunidades para planificar políticas no meio prazo

Com os começos do século seguinte, e sobretodo a partir da década de 20, consolidam-se as primeiras doutrinas florestalistas, que afirmam que a funçom primordial que deve desenvolver o monte galego é o fornecimento de madeira para a indústria de pasta de papel, abandonando assi a plurifuncionalidade que o caracterizava. Este é o intuito também da administraçom republicana, que nom consegue plasmar os seus propósitos, por umha banda, pola fraqueza estatal e orçamentária; por outra, polo golpe de estado militar-fascista e o estoupido da guerra civil. Precisamente será o franquismo o que aborde de maneira sistemática e muito mais eficaz a desintegraçom do comunal. Em 1941 constitui o Património Florestal do Estado (PFE), que simplifica o funcionamento - noutrora lento e pesado - dos distritos florestais de ámbito provincial. O PFE pretendia pôr em andamento umha poderosa indústria madeireira que assentasse a ansiada autarcia económica do regime, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Na altura acomete-se um processo de despossessom material das comunidades de montes, que padecem a proibiçom directa de muitas das suas actividades, em favor da monocultura assalariada de pinheiro. Inicia-se assi um processo de resistências - veladas umhas, abertas outras - que rematam no processamento massivo de paisanos, que praticavam diversas estratégias de desobediência ao roubo dos montes.

Com a chegada dos tempos do *desarrollismo* (a partir do Plano de Estabilizaçom de 1959), ocorrem dous fenómenos contraditórios. Um é o começo do fim da comunidade rural galega, provocada pola emigraçom massiva, a urbanizaçom e o abandono dum complexo agrário baseado na pluriactividade e na auto-suficiência, mui escassamente capitalizado. Um outro é a continuidade das resistências em favor da propriedade

comunal - nomeadamente na zona sul-ocidental do País, menos isolada e mais relacionada com o mundo urbano e vilego. Isto dá lugar ao reconhecimento legal, pola primeira vez na história, dos montes vicinais em mao comum (1968). Começa assi umha batalha popular, com importante participaçom do nacionalismo, em favor do reconhecimento prático dos usos comunais do monte. Tratava-se de justificar agora que cada umha das extensons utilizadas polos vizinhos eram, com efeito, de uso comunitário, impedindo a sua expropriaçom polo Estado ou a partilha entre diferentes proprietários. A legenda "O monte é nosso" data daquela época, onde se travam importantes luitas contra interesses urbanísticos ou papeleiros, sobretodo artelhadas por volta da Comunidade de Montes Comunais.

Mao comum na actualidade

Nos últimos tempos, a funçom tradicional do monte galego ainda enfraqueceu mais. O bosque ocupa 70% do território da CAG, numha mostra sangrante e evidente do abandono da terra fértil e do processo de desagrarizaçom. O mundo rural viveu a sua particular reconversom, e os velhos laços comunitários fôrom enfraquecendo, sobrevivendo o monte comunal, mormente, como fonte de receitas através da venda de madeira.

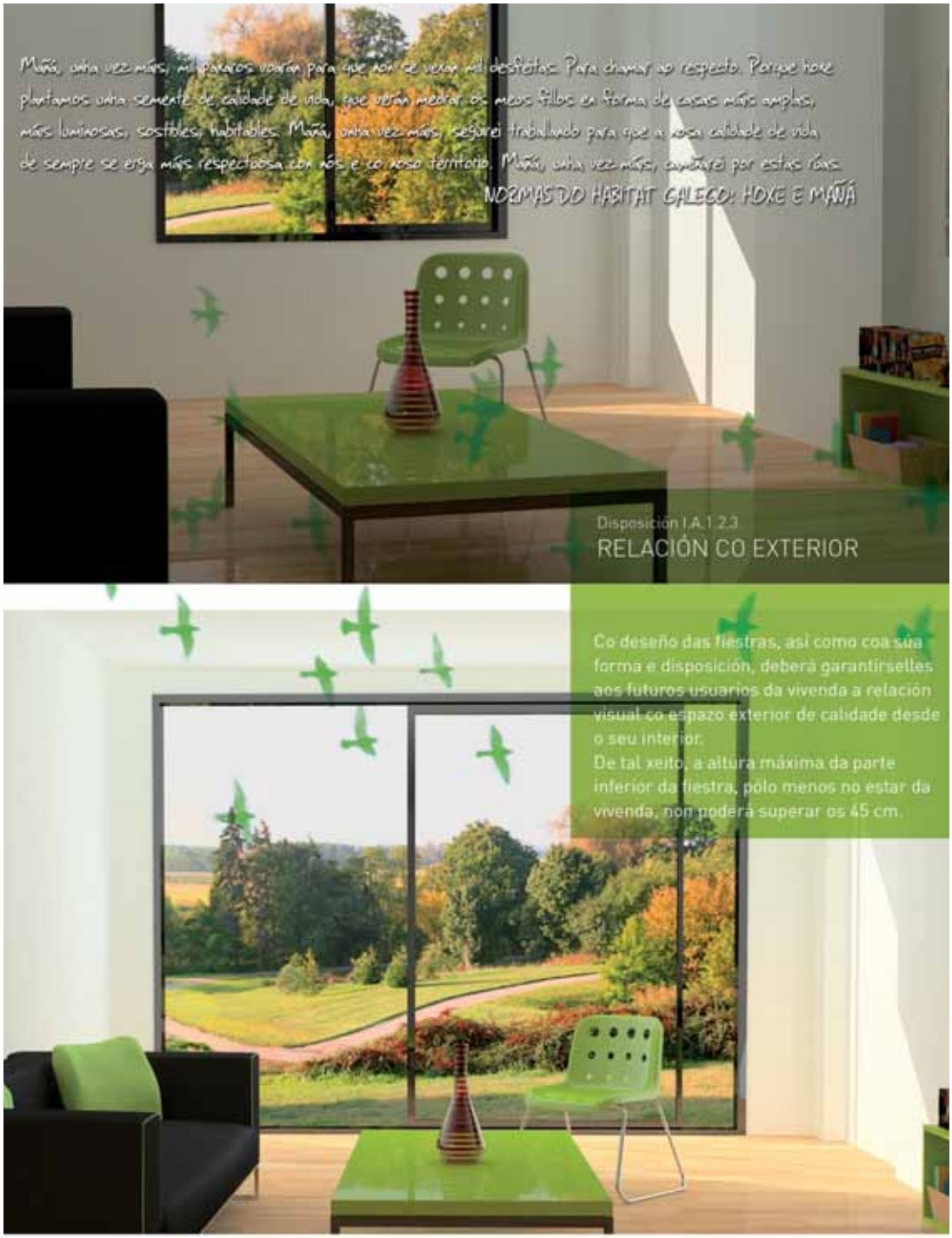
Porém, continuou a artelhar-se um movimento importante de comuneiros, em favor de um outro uso do território, e contestatário com a legislaçom estal e autonómica (1968, 1980, 1989). Porque apesar de se reconhecer a existência dos montes vizinhais e da devoluçom aos seus legítimos donos, a administraçom nunca contou com as comunidades para a planificaçom de políticas no meio prazo. Em 1989, diante do projecto da primeira lei galega sobre montes comunais, levada adiante polo tripartito, as comunidades do país, coordenadas numha junta em Átios (Porrinho) combatem a pretensom parlamentar de desnaturalizar a mao comum, abrindo a porta à privatizaçom.

Desde meados da década de 90, a Junta organiza congressos sobre a propriedade comunal, com o objectivo de pôr em causa o conceito de comunidade germánica, de enfatizar o produtivismo florestal, de introduzir critérios empresariais da gestom das comunidades... Comuneiros dalgumhas zonas do sul da Galiza tenhem rebatido com toda a sua força estas tentativas, que pretendiam subverter o funcionamento horizontal das comunidades por mecanismos de gestom próprios dumha empresa capitalista.

Na actualidade, e depois de luitas contra a fiscalidade abusiva aos comuneiros, contra os efeitos da lei do solo, contra o primeiro dos planos eólicos... o MVMC volta a estar de actualidade pola lei elaborada por umha Conselharia 'nacionalista'. O texto, que ainda nom passa de rascunho, está a suscitar várias críticas. O advogado Nemésio Barxa, nestas mesmas páginas, assinalou algumhas deficiências graves, que no fundo apontam para umha certa minusvalorizaçom da mao comum. De partida, trata-se dumha "Lei de Montes" de tipo genérico, e nom dumha lei específica dedicada aos MVMC. O rascunho dá à administraçom nom contempla o estado de desintegraçom que vive o mundo rural na actualidade, considerando "residente" - e portanto susceptível de participar da gestom do monte - a quem utilizar umha casa como segunda residência no rural, ou ao próprio pessoal de empresas extractivas (florestais, pedreiras, encoros) que reside na zona em questom.

Para além das deficiências legislativas, semelha incontestável que o futuro da mao comum será incerto enquanto nom forem ultrapassadas visons produtivistas e curto-prazistas do uso do monte, desde que a gestom privada e o florestalismo à *ultrança* casam mal com economias de base paroquial.

> O futuro da mao comum será incerto enquanto nom forem ultrapassadas visons produtivistas e curto-prazistas do uso do monte



normas DO HABITAT GALEGO HOXE E MAÑÁ
XUNTA DE GALICIA
CONSELLERÍA DE VIVENDA E SOLO

NOVAS DA GALIZA
15 de Dezembro de 2008 a 15 de Janeiro de 2009

REPORTAGEM

A crise do mexilhom agrava-se pola falta de acordo dos produtores frente aos interesses das transnacionais

"TODOS SABÍAMOS QUE ÍAMOS ENFRENTAR O PROBLEMA DE PREÇOS, MAS NOM TOMAMOS MEDIDAS, NOM NOS DEMOS UNIDO A TEMPO"

Fai meio século que as primeiras bateias fôrom colocadas na Ria de Arouça, um espaço geográfico e natural privilegiado. A cultura do mexilhom foi um dos motores económicos das comarcas das Rias Baixas, desenvolvendo todo um tecido de extracçom, elaboraçom e comercializaçom. Em pleno século XXI, e se o povo organizado nom o remediar, podemos estar diante do devalar definitivo da economia da bateia. O empresariado da globalizaçom impom as suas normas com ajuda política, enquanto os produtores nom conseguem articular estratégias conjuntas.

ANTOM SANTOS / NOVAS DA GALIZA

deslocou-se às zonas mais prejudicadas pola crise -Ria de Arouça, sobretodo- para falar com pessoas directamente atingidas pola queda de preços e a estratégia das empresas cozedoras. A própria definiçom do problema da bateia merece certo debate. "Eu nom falaria de conflito do mexilhom", diz-nos um bateeiro. "Falaria melhor de crise, porque é diante disso que estamos. Umha queda em picado rodeada de conflitos internos, que nos pode levar ao garete". As pessoas entrevistadas -que preferem nom dar os seus nomes, nem enlear ainda mais a luita entre sectores- concordam ao dizer que o problema vem de longe: "estamos a colher o que sementámos. Nem mais nem menos. Os grandes sacrificados pola Europa fôrom os sectores primários, todos. Agora imos nós". Há umhas responsabilidades claras que ninguém esquiva, mas tampouco se esquece o desleixo dos próprios afectados. "Todos sabíamos que íamos enfrentar o problema de preços, mas nom tomamos medidas, nom nos demos unido a tempo...e agora quê?".

Os próximos meses dirám se pode irromper umha estratégia conjunta para fazer frente a uns interesses transnacionais compactos e bem armados

Umha situaçom diversa

O bateeiro nom é um sector homogéneo. Dominam os proprietários de umha bateia, enquanto nalgumhas zonas -nomeadamente na Ria de Vigo- há quem possua três ou quatro. É precisamente nesta ria, mais ao sul, que o conflito está a ser menos virulento: os bateeiros trabalham mais para o fresco que para as fábricas, que som as que marcam a política de preços. No primeiro dos sectores, os intermediários som os grandes beneficiados da desestruturaçom do sector. "Um exportador, armado apenas dum telefone móvel e contratando em situaçom irregular vários camioneiros, fai o seu grande negócio condicionando os preços", diz-nos um produtor. A matéria-prima sai da Galiza e, graças ao labor destes exportadores, é reelaborada mui longe daqui, em países como Itália. Ainda, o conflito mais virulento desatou-se na Ria de Arouça, onde os mais dos bateeiros trabalham para as empresas cozedoras.

Grandes empresas afundem a produçom autóctone

As cifras dos últimos anos nom deixam demasiado lugar à dúvida. Enquanto noutros tempos a colheita se vendia inteiramente ao longo do ano, o produto tem cada vez menos saída. "Vendemos 70% menos do produto, e a tendência vai a pior", declara o mesmo produtor. A raiz desta descida acha-se nas empresas que decidiram atravessar o Atlántico, onde compram mexilhom para importar. Na prática, estamos diante dumha particular "deslocalizaçom" que atinge o sector primário, e cujas origens remontam já à etapa Fraga. É entom que o PP, empoleirado na Junta, facilita as relaçons do empresariado amigo com governos da América Latina, nomeadamente do Chile. Segundo referem fontes autorizadas, é neste país que as grandes conserveiras tencionam, no meio prazo, instalar as suas bases produtivas, culminando este processo de concentraçom.

Impotência política

Existe um cepticismo generalizado sobre a possibilidade de os políticos reverterem o curso dos acontecimentos. "Os políticos -sem excepçom- dedicam-se a utilizar-nos miseravelmente, e nós teríamos, polo menos, que aprender a utilizá-los a eles", diz-nos o bateeiro entrevistado. Mas nom parece tarefa doada. Devido à total internacionalizaçom dos mercados, nom chega que os trabalhadores pressionem as autoridades do próprio país: tenhem que incidir ainda em complexas alianças no ámbito global.

> A raiz da descida de preços está na compra de mexilhom foráneo que se vende como galego. Umha particular "deslocalizaçom" que atinge o sector primário, e cujas origens venhem do governo Fraga

As pequenas concessons feitas ao sector mexilhoeiro -e mesmo ao seu sector mais combativo- tenhem umha só explicaçom: necessidade de votos. "Aqui vivemos mais de 3000 famílias, sem contar com os empregos indirectos, deste sector. E irem de frente contra este esquema teria-lhe uns custos políticos grandes".

Precisamente, logo de se realizar esta entrevista, a conselheira das Pescas, Carme Gallego, atendia umha das reinvindicaçons dos bateeiros: retirar as jaulas de peixe que a empresa StoltSea Farm colocara em Ribeira, com grave risco para o resto de fauna marinha, dado o uso indiscriminado de produtos químicos. As ameaças da conselheira contra esta estratégia empresarial - ameaçou com multas à companhia se esta nom removesse as jaulas - nom afastam, contodo, as dúvidas do sector.

Possibilidades de avanço

O horizonte que os bateeeiros enxergam é bastante claro: "um cultivo concentrado e barato no Chile, e aqui um sector desunido, aceitando preços baixos, para rematar na reconversom total". Isto acontecerá no meio prazo se nom funcionarem as medidas de pressom. As primeiras, e que saltárom à primeira plana informativa, fôrom as contundentes mobilizaçons nos peiraos, paralisando a descarga, e que rematárom em intervençons violentas das forças policiais; as segundas, no terreno das propostas, passam polo acordo dos produtores. A plataforma PLADIMEGA incidia também neste campo. Pretendia-se artelhar um sector económico que completasse o ciclo produçom, elaboraçom e distribuiçom. Dentro desta estratégia, teria um papel fundamental a denominaçom de origem, distintivo concedido pola UE, e que obriga a fechar todo o processo dentro das fronteiras do país produtor. Porém, e como comentam desanimados os mais afectados, "as grandes empresas tenhem um desinteresse imenso por isto, basta-lhes que o mexilhom tenha 'marca galega'. Mas que significa isto? Realmente nada, porque nas conservas do chamado mexilhom galego podem meter um produto de fora".

Eis a situaçom a dia de hoje, com um poder político tutelado e tímido, e um sector bateeiro partido por contradiçons imensas. Os próximos meses dirám se pode irromper umha estratégia conjunta para fazer frente a uns interesses transnacionais compactos e bem armados.

CENTROS SOCIAIS

Aguilhoar Sta. Marinha · Ginzo de Límia
Arrincadeira C. Histórico · Riba d'Ávia
Artábria Trav. Batalhons · Ferrol
LSO Atocha Alta 14 Monte Alto · Corunha
Atreu! S. José · Corunha
Aturujo Principal · Boiro
Baluca Vermelha Redondela · Ponte Areias
A Casa da Triga P. Maior · Ponte Areias
A Cova dos Ratos Romil · Vigo
A Esmorga Telheira · Ourense
Faísca Calvário · Vigo
Fervestoiro Adám e Eva · Ferrol
A Formiga Redondela
A Fouce do Ouro Bertamiráns · Ames
O Fresco Bº da Ponte · Ponte Areias
Gomes Guloso Monte Alto · Corunha
O Guindastre Juliám Esteves, Teis - Vigo
Henriqueta Outeiro Quir. Palácios · Compostela
Espaço Aberto Ken Keirudes Perez Viondi, 9 · Estrada
Média Lova Amor Meilám · Lugo
SRCD Palestina Rua do Ril · Burela
O Pichel Sta. Clara · Compostela
A Reviru Arc. Malvar · Ponte Vedra
A Revolta Rua Real · Vigo
A Tiradoura Reboredo · Cangas

CULTURA

"O artista deve ter as raízes na terra e no povo de onde mama; e mais num povo negado como é o nosso"

AUGUSTO FONTÁM, ARTISTA E ACTIVISTA SOCIAL

"Há umha elite cultural oficial, inócua e submissa ao poder"

ALONSO VIDAL / Artista ecléctico com interesse em diferentes disciplinas, Augusto Fontám, está ligado indisoluvelmente à expressom artística e ao compromisso. Sempre vinculado aos movementos sociais de contestaçom, culturais e políticos, passou algum tempo morando no que ele chama a Galiza Sul e agora em Ponte Vedra. Afirma rotundamente o seu gosto pola provocaçom, plasmada também na sua obra, mas também é capaz de partilhar mesa tranquilamente com os amigos. Gosta da micologia e fai incursons no campo da poesia, ainda que ele nom se considere poeta. A sua obra, sempre radical e autêntica, tem estado presente em exposiçons e certames relacionados com associaçons culturais ou centros sociais. Hoje NOVAS DA GALIZA fala com ele.

A tua obra sempre é descrita como "impactante". Nom deixa indiferente...

Eu gosto de pensar apenas que procuro artísticamente a livre expressom. Certo que me interesso por distintas disciplinas, pintura, escultura, imagem... mas nos meus objectos, nos meus quadros, só há o que neles se vê.

Mas, como artista, que reacçons procuras?

Quigesse que os possíveis observadores das minhas peças olhassem para elas desprovistos de todo esforço de inútil compreensom..

Arte e compromisso militante dizíamos...

Eu som independentista e militei no MLNG em meados dos anos 70 na AN-PG e UPG... para, umha vez decepcionado com o engano possibilista do Nacionalismo Oficial, abraçar a linha nitidamente independentista de outras formaçons politicas, nomeadamente a partir do ano 82 em que saim da UPG com o colectivo 22 de Março -génese do PCLN-. Participei no processo de formaçom da FPG e, passado o tempo, no Processo Espiral enquadrando-me em Nós-up por algum tempo. Hoje estou entre aqueles e aquelas que apostamos pola unidade de todas as correntes do independentismo, sem exclusons.

Nom é frequente, no mundo da arte, essa forte implicaçom política, nom?

Há exemplos do compromisso do artista com a terra e a sociedade. Aí estám os de Reimundo Patinho, Seoane, e tantos e tantas outras. Mas é verdade que hoje nom som muito habituais. Estamos numha época de artistas e intelectuais orgánicos que parecem mercenários ao serviço do poder. O artista deve ter as raízes na terra e no povo de onde mama; e mais num povo negado como é o nosso.

Onde fica entom o papel da arte como vanguarda; os artistas...

Os artistas hoje vam ao seu e os que noutro tempo despontárom no campo da literatura, pintura , imagem etc. aburguesárom-se e o de comprometer-se com a terra passou a segundo termo. Apenas aparecem em temas pontuais e chamativos de projecçom mediática, talvez com a intençom de lavar as suas consciências. Assim foi no caso do Prestige ou na guerra... Nom podemos ocultar que há umha elite cultural oficial inócua, submissa ao poder; enquanto a tragédia da morte "doce" do galego continua. Certo que há umha reacçom de sectores da mocidade que começa a agir e de aí o nascimento de um movimento associativo em todo o País com o que tenho colaborado, principalmente na minha cidade na A.C. Revira.

Fala-nos das novidades. Agora estás com o audiovisual.

Sempre gostei do cinema: Realicei trabalhos de documentaçom social naquela altura para o MNPG e recentemente, tirando proveito das novas tecnologias, retomei os meus trabalhos com a imagem. Em 2006 realicei o vídeo de criaçom *É o que dá fazer misturas.* É um vídeo com pinceladas surrealistas que recolhe as minhas inquietaçons artísticas. Nele dou entrada a um fato de artistas galegos, jogando com umha série de claves nada neutrais, como é a minha escolha pola norma reintegrada da AGAL, crítica social e com exteriores rodados na Galiza e Portugal.

Também estou a ultimar umha curtametragem titulada Necrose e actualizando um trabalho jornalístico onde se recolhem imagens que filmei no tempo da transiçom, junto entrevistas com actores políticos do País desde a pós-guerra aos tempos actuais, passando polos convulsos anos 80 .

27 DECEMBRO 2008 A CORUÑA
ESTADIO MUNICIPAL DE RIAZOR 20:45H
GALIZA
IRÁN
SELECCIÓN MASCULINA
28 DECEMBRO 2008 PONTEVEDRA
ESTADIO MUNICIPAL DE PASARÓN 17:00H
GALIZA
ILLES BALEARS
SELECCIÓN FEMININA
XUNTA DE GALICIA
CONSELLERÍA DE CULTURA E DEPORTE
Dirección Xeral para o Deporte
FUNDACIÓN DEPORTE GALEGO
Concello da Coruña
Concellaría de Deportes
TURGALICIA
caixanova
Estrella Galicia
GADIS
TELEVISIÓN DE GALICIA

A GALIZA NATURAL

Golfinhos dos nossos mares

JOÃO AVELEDO / Em 2000, aparecia na Bretanha «Jean Floc'h», um roaz-corvineiro solitário e brincalhão que gostava mais dos humanos que dos seus congéneres. Alcunhado de «golfinho embaixador» foi percorrendo as costas atlânticas e cantábricas até chegar faz agora um ano, em dezembro de 2007, às nossas rias. E deveu gostar, pois ficou por estas águas... ultimamente foi visto em Portosim.

O golfinho-comum (*Delphinus delphis*) é o mais visto no interior das rias

As costas galegas são ainda um observatório privilegiado de diferentes espécies de golfinhos, entre elas:

O roaz-corvineiro *(Tursiops truncatus),* a espécie mais conhecida do público em geral por ser a habitual nos delfinários. A CEMMA (Coordenadora para o Estudo dos Mamíferos Marinhos), entidade dedicada desde 1990 à investigação dos nossos cetáceos, estima a sua população galega nuns 600 exemplares.

Muito mais abundante, o golfinho-comum *(Delphinus delphis)* é o mais visto no interior das rias, com cerca de 10.000 efetivos.

O espetacular golfinho-riscado *(Stenella coeruleoalba)* é mais oceânico do que os anteriores e, portanto, poucas vezes observado nas proximidades da costa.

Outras espécies menos frequentes nas nossas águas costeiras, e também pertencentes à mesma família *Delphinidae*, são: a baleia-piloto *(Globicephala melaena)*, que chega às 3 toneladas de peso, o grampo *(Grampus griseus)* de pele semeada de cicatrizes e a orca *(Orcinus orca)*, injustamente chamada de «baleia assassina».

Na Galiza têm-se produzido nas últimas décadas vários arrojamentos massivos de golfinhos às praias, alguns de grande dramatismo polo número de exemplares atingidos, como o acontecido em Vares, em 84, quando os próprios vizinhos salvaram douscentos golfinhos-riscados que se introduziram na sua enseada ou o de Fisterra, em 95, quando um milhar de golfinhos-comuns deram frente à praia de Lagosteira, ainda que deles tenham perecido apenas 5 graças ao lavor de turistas e de nadadores-salvadores. As causas dos arrojamentos de cetáceos podem ser várias e nem sempre estão claras: doenças, intoxicações, acidentes com aparelhos de pesca ou com embarcações, desorientação...

O pesado cérebro dos golfinhos tem um córtex associativo (a parte especializada no pensamento abstrato e concetual) maior do que o nosso, no entanto, para os cientistas as suas capacidades inteletivas reais representam todavia uma incógnita...

Há quem diga que «Jean Floc'h», rebatizado na Galiza de «Gaspar», se chama realmente «Takuma» e que foi treinado com fins militares. De fato, «Takuma» teria fugido de umas manobras conjuntas da V Flota Americana e da Royal Navy em frente às Ilhas dos Açores, que antecederam à guerra do Iraque. Poderemos duvidar ainda da sua inteligência?

CINEMA PARA PENSAR

Roménia: 'Quatro meses, três semanas, dous dias'

F. TRAFICANTE / Estreado ainda a inícios de este ano 2008 polo realizador Cristian Mungiu, Palma de Ouro no Festival de Cannes, este filme romeno forma parte da produçom de umha nova geraçom de realizadores e realizadoras que estám a renovar o cinema deste país. O filme está situado nos últimos anos da ditadura de Ceaucescu e tem como protagonistas duas estudantes e todos os problemas que encontram para que umha de elas poda abortar. Mas ainda que o filme centra a denúncia na repressom brutal que sofrem estas mulheres mostrando a dureza que conleva um aborto clandestino num regime que se autodenomina como "socialista", penso que há outros aspectos de muito interesse a comentar. Em primeiro lugar todo o comércio clandestino de produtos que havia fora dos circuitos oficiais, tal e como se vê na própria residência de estudantes em que vivem as duas raparigas, o qual demonstra que as necessidades humanas estarám sempre por cima de qualquer repressom ditatorial, tal e como se passava com o "estraperlo" no franquismo, ou a miséria material além da moral em que viviam a maior parte das pessoas nos chamados países do bloco soviético. Isto pode observar-se em numerosos pormenores que o realizador nos vai apresentando ao longo do filme. O controlo até ao enfermiço do movimento das pessoas, mesmo quem entra e quem sai dos quartos do hotel, o machismo imperante com a atitude de muitos homens com as duas raparigas, longe do "homem novo" que prometia o marxismo-leninismo e que acabou no apodrecimento moral do estalinismo. Mas esta obsessom totalitária pola vida privada das pessoas mantivo-se vigente de forma mais ou menos intensa nos países da Europa Oriental até a queda do Muro de Berlim. Outro rasgo social que se pode ver no filme é o classismo que havia entre a classe dirigente ou intelectual e as gentes do rural ou com umha formaçom académica menor, que com muita frequência também se traduzia numhas condiçons de vida de diferentes níveis. O cume do filme, ao meu entender, é o momento em que o médico que pratica o aborto viola as raparigas como pagamento polo seu serviço médico. Eis a ruina moral mais absoluta, que por desgraça nom é exclusiva destes países. Há muitos casos, mesmo nesta Galiza nossa, onde muitos pretensos progressistas nom é que sejam machistas, é que chegam a exercer o acossamento e a violência contra as mulheres. A esquerda deve comprometer-se na construçom de umha sociedade autenticamente igualitária a nível de género, e isto é fulcral, tanto como a igualdade de oportunidades, a língua ou a cultura para o desenvolvimento justo de qualquer comunidade humana.

A CONJUGAR O VERBO SEXUAR

Conto ateu de Natal

BEATRIZ SANTOS

José e Maria eram um casal com umha vida partilhada de aqueles que gostam de beijar-se, acarinhar-se, conviver, fazer planos e projectos.

Nunca pensárom que um *ars amandi* nom desenhado para concebir fosse problemático. No seu jeito erótico nom figurárom nunca os desenhadores de ansiedades. Na sua vida nom entrárom os fabrica-conflitos. Nem sequer balanceou o seu equilíbrio chegado o momento em que ela quijo engravidar.

O de menos era a procedência do sémen. As crianças dos humanos som biográficas; a criança medraria com o José. Ela sempre soubo que nom podia contar com ele para o da gravidez. Obrigá-lo romperia o jeito próprio de organizar a sua intimidade, de ser um casal. Nom importava, nunca tinham ido às aulas onde as perguntas sobre o amor e o sexo se explicam com genética, óvulos e espermatozóides. A Maria procurou logo entre os 37 homens da sua aldeia. De entre os três de que mais gostava um tinha um perfume especial... assim que a cousa estava fácil, seria Andrês de Benita.

Estava ela a pensar como fazer, como lho dizer... quando passou por cima da sua cabeça umha avioneta que foi parar à Chancela, a leira que tia Solita tinha a monte. Da avioneta desceu um homem alto. Por baixo do seu capacete escapava um cabelo loiro, radiante com as últimas raiolas de sol. A Maria tivo um pressentimento e quando o resto da aldeia ia para a Chancela ela foi para casa. Lavou-se, penteou-se, pujo roupa limpa. À noitinha achegou-se à leira da sua tia. O homem nunca respondeu a pregunta de porquê ali estava. Ela nunca soubo se ele nom percebera a pergunta ou se os dous conheciam bem a resposta.

Aquela noite de cinco de Abril passou-na Maria no aviom. Ao amenhecer reparou no bem que cheirava o campo na Primavera. Na casa o José ainda dormia. A Maria meteu-se na cama e abraçou-no: "José, vas ser pai".

LÍNGUA NACIONAL

Nacional de onde?

VALENTIM R. FAGIM

Imaginai a seguinte competição. Pegamos na grelha de filmes da TVG desde o seu começo até hoje. Concorrem filmes de Cantinflas em V.O. contra películas do Brasil ou Portugal. Qual o resultado? 40-5? Talvez.

Outro desafio. Seção de obituários de *El País* contra semanário *A Nosa Terra* na íntegra. Ano 2008. Qual dos dous dedica mais informação sobre o Brasil e Portugal? Acertaste, cara, mas quando os mortos ganham aos vivos, na verdade, não dá para festejar.

No entanto, as iniciativas lusófonas na Galiza vivem a sua época melhor, e tudo aponta para essa difusão crescer. E isto é o fruto de pessoas que para além de possibilismos, das línguas irmãs *ma non troppo*, tornam possível o desejável.

Agora é preciso os nossos meios de comunicação (alguns já o fazem) acompanharem e alimentarem o processo. Nomeadamente os públicos. É desconcertante acender o rádio para ouvir em direto o concerto de *Cantos na Maré* em Ponte Vedra para, ao acabar uma canção, reparar que o evento não estava a ser retransmitido pola rádio galega mas por RN...E.

DESPORTOS

PILAR NEIRA, TREINADORA DA SELECÇOM FEMININA DE FUTEBOL

"O apoio dos meios de comunicaçom ao desporto feminino é ainda tímido. Vam mui por diante os movimentos sociais"

A.S. / **Conhece o mundo do futebol desde meados dos anos 70, quando ver umha mulher com umha bola nos pés despertava os prejuízos de umha sociedade retrógrada. O seu nome sonou durante muitos anos em campos de jogo espanhóis, ao ganhar duas ligas estatais. Como treinadora, Pilar Neira aposta sem ambages polas selecçons nacionais, e pula desde a sua associaçom porque meios e políticos abandonem a timidez com o desporto feminino. A desportista respondeu amavelmente as perguntas do NOVAS DA GALIZA.**

Como te inicias no desporto?
Comecei a jogar futebol no ano 75. Penso que éramos a única equipa feminina na Galiza, o Karbo da Corunha. Com esta equipa ganhei 2 campeonatos estatais. No ano 84 tivem a honra de formar parte da primeira selecçom nacional feminina de futebol, ao conseguir o primeiro título estatal de selecçons. Como treinadora iniciei-me na temporada 80-81, era a primeira vez que deixavam as mulheres asistir ao curso de treinadores de futebol, e podo dizer que som umha das quatro primeiras mulheres do estado em obter o título de treinadora de futebol.

Que barreiras se ponhem contra as mulheres à hora de praticar desporto amateur ou profissional?
A primeira e mais importante, é a invisibilidade nos meios de comunicaçom. Temos os piores horários, tanto de treino, como de partidos. A falta de sponsors. Se um clube tem que desprender-se de umha equipa, sempre será a feminina. E as bolsas de prémios ainda nom estám equiparadas. Mas fundamaentalmente, desde MUDEGA, incidimos na igualdades desde a infância, os roles devem ser mudados desde a família e a escola.

Que é o que ainda falta hoje para normalizar a vossa situaçom?
Falta de todo, ainda que há que reconhecer que se está a fazer um esforço por parte das administraçons públicas para promocionar o desporto feminino. Temos muita sorte de contar com umha directora geral como Marta Souto, que está a fazer grandes cousas para o desporto da mulher.

Que papel crês que jogam os movimentos sociais para ajudarem a normalizar o desporto feminino?
Penso que jogam um papel mui importante ao apoiarem a luita da mulher pola igualdade. De MUDEGA pensamos que é mui importante o labor que fam os meios de comunicaçom e os colectivos como siareiros e siareiras galegas. Vós sodes os que tendes que apoiar um colectivo tam amplo como é o desporto feminino.

Como nasce o colectivo de Mulheres Desportistas Galegas? Que acolhida está a ter?
Somos um grupo de mulheres que nos conhecíamos de tempo atrás, de coincidirmos em homenagens, ceias, jogos..., e sempre acabávamos falando do muito que nos tinha dado o desporto, e também, de essas experiências de desigualdades que tinha vivido cada umha de nós na nossa trajectória desportiva. Assim foi como decidimos juntarmo-nos e levar adiante MUDEGA. O acolhimento foi mui bom por parte das desportistas e alguns colectivos, mas mui fraca por parte de alguns meios de comunicaçom. Ainda estamos apresentando-nos, falta-nos fazê-lo em Ourense e Ponte Vedra. Por parte das administraçons públicas recebemos total apoio nas nossas apresentaçons polos concelhos. Aproveito a ocasiom para agradecer-lho.

Percebes diferenças entre a situaçom do desporto feminino galego e a do espanhol, catalám ou basco?
Penso que a problemática do desporto feminino é universal. Assistim em Lisboa, fai uns dias, ao congresso Mulher e Desporto, e os seus problemas, polo que pudem apreciar, som mui similares aos nossos.

Umha última cousa que queiras dizer aos leitores e leitoras.
Que nom tenham nenhuma dúvida de que todas as componentes da selecçom nacional vamos representar a nossa naçom em Ponte Vedra, o dia 28, estamos orgulhosas de poder fazê-lo. Para todas nós, é umha honra vestir a nossa camisola. Aproveitar para animar a gente a que acudam a apoiarem a Galiza. O domingo 28, às 5 da tarde esperamos-vos no Passarom.

www.novasgz.com | assinantes@novasgz.com | Telefone: 692 060 607

NOVAS DA GALIZA

Preenche este impresso com os teus dados pessoais e envia-o a NOVAS DA GALIZA, Apartado 39 (CP 15.701) de Compostela

☐ Subscriçom + livro = 35 € ☐ Subscriçom anual = 24 € ☐ Assinante Colaborador/a = ___ €
☐ Subscriçom + pack bilharda = 30 € ☐ Subscriçom + duplo pack bilharda = 35 €

Nome e Apelidos _____ Telefone _____
Endereço _____ C.P. _____
Localidade _____ E-mail _____

☐ Nº Conta _____
☐ Junto cheque polo importe à ordem de Minho Média S.L.

Assinatura

Liga nacional de Bilharda

'No entry', bilhardaços à porta de Riazor

NOVAS DA GALIZA E A LNB CONVOCAM O ABERTO DA AUTÊNTICA NO DIA DO JOGO DA SELECÇOM MASCULINA DE FUTEBOL

XERMÁN VILUBA / Cada minuto, cada segundo e cada décima de segundo, um palanador e umha palanadora da LNB luitam diariamete com a sua actitude na vida e na pista por chegar ao máximo que se pode aspirar neste nosso desporto, vestir a camiseta da Autêntica. Durante a realizaçom do Aberto da Autêntica nas ruas da Corunha na tardinha do 27, antes de que a selecçom galega de futebol disputara o seu encontro anual, a LNB em colaboraçom com os irmaos do NOVAS DA GALIZA distribuiu este pequeno texto imerso no flyer informativo que tentou ser um bilhardaço nos focinhos e nas consciências dos políticos de turno e nas portas dos estádios que, como o de Riazor, negam o acceso à homenagem popular que a Autêntica merece de todo o povo galego...

Resistência e Adiante com a Autêntica!

Reclamando o nosso espaço!

ABERTO DA AUTÊNTICA [CORUNHA 27-12-08 · 16,00HH.]

De alindar as vacas, as bilhardas passárom a formar parte do universo quotidiano das vilas, cidades e aldeias do País inteiro, a LNB **(Liga Nacional de Bilharda)** quer que ao leres este flyer sintas o bruar da palanadora ou palanador que levas dentro, que sintas como te ferve o sangue por agarrar um palám e botar-te ao campo de jogo, bilhardas ardendo que pedem País a berros, o monte de tojos e codessos que nos viu nascer nas poderosas terras de Bretonha pede agora pisar nos descansos a mesma erva dos estádios em que joga a Selecçom Galega de Futebol, momento em que todo o povo galego poida dar o seu alento de apoio aos esforçados jogadores da **Autêntica,** nome com que popularmente se conhece a **Selecçom Galega de Bilharda** que, durante todo o ano, luita com os golpes e suores do corpo e da terra por dignificar este nosso desporto e esta nossa pátria. Já nom há volta atrás ***um outro desporto já é possível!!***

1º prémio. subscriçom por um ano a NOVAS DA GALIZA. Livros: O País na Janela, Guia dos Centros Sociais da Galiza, Arceia. Camisola Novas da Galiza. Atlas Histórico da Galiza.

2º prémio. subscriçom por um ano a Novas da Galiza. Livros: O País na Janela, Guia dos Centros Sociais da Galiza, Arceia.

NOVAS DA GALIZA
APARTADO 39 (15701) COMPOSTELA - GALIZA / TEL: 630 775 820 / PUBLICIDADE: 692 060 607 / info@novasgz.com

OPINIOM	2	A FUNDO	11
EDITORIAL	3	REPORTAGEM	14
NOTÍCIAS	4	CULTURA	15
ANÁLISE	10	DESPORTOS	18

PATRÍCIA PORTO | INTEGRANTE DO COLECTIVO LILITH

"Considero oportunas e necessárias as novas formas de levar o feminismo à rua"

MARIA ÁLVARES REI / Lilith nasce há dez anos (1997-98) da mao de um grupo de mulheres com trajectória em colectivos sociais e feministas com estruturas horizontais e participativas. As fundadoras partiam de disciplinas mui vencelhadas ao ámbito social e educativo. Com estes ingredientes começam a trabalhar através de obradoiros de educaçom afectivo sexual nos centros de ensino e autoestima e participaçom com grupos de mulheres de toda a Galiza. Do NGZ repassamos com Patricia Porto o trabalho feito e o que fica por fazer...

Como evoluiu o vosso trabalho?
Ao longo dos anos e com a incorporaçom de novas pessoas, Lilith vai evoluindo para se converter num projecto empresarial, cujo eixo continua a ser o trabalho de umha perspectiva de género e de umha óptica feminista, mas abrangendo mais ámbitos e serviços. O principal continua a ser a educaçom porque o consideramos um ámbito prioritário à hora de mudar a estrutura de poder que estabelece o patriarcado. Para além do trabalho directo educativo (obradoiros, cursos, formaçom de formadoras e formadores) também elaboramos material didáctico para aulas e pessoas formadoras. Desenhamos planos de igualdade para as cámaras municipais e documentos audiovisuais. Umha das marcas diferenciais de Lilith é a metodologia que empregamos: umha práctica cooperativa, com participaçom de dentro para fora, que foi herdança dos grupos de mulheres dos anos 70.

As necessidades que percebiais nas mulheres no início continuam a ser as mesmas de hoje?
Há cousas que se mantenhem: as mulheres querem mais tempo para si, mais espaços, mais valorizaçom por parte do entorno próximo e também do social. Mas a medida que se vai conseguindo, começam-se a reclamar mais ferramentas para o empoderamento e a participaçom social, assim como para a melhora na qualidade de vida, vinculada com a saúde responsável. Também começamos a ofertar cursos com outros conteúdos que estám a ter sucesso, como os de brinquedos eróticos, que tenhem que ver com umha maior legitimaçom quanto ao que sentem as mulheres em relaçom ao seu próprio prazer e sexualidade. O associacionismo nas mulheres, especialmente as que estám no ámbito rural, abriu espaços e variou os ritmos das famílias. Cada vez as mulheres vam dedicando mais tempo às actividades que elas elegem e compartilhando-o com outras. Favorece o empoderamento pessoal e colectivo e potencia a prática da sororidade. Dous dos eixos fundamentais de Lilith com as mulheres som as alianças e os apoios entre elas, superando a competitividade que o patriarcado se esforça por atribuir-nos constantemente.

Surgem organizaçons feministas que conjugam teoria com acçons chamativas. Convivem mulheres novas com velhas, difrentes procedências sociais... Como valorizas a sua existência? Mudam o modo de entender o feminismo?
As novas formas de levar o feminismo à rua parecem-me oportunas e necessárias. É umha forma criativa e diferente que conecta mais com as mulheres. Oferecem umha mensagem de mudança desde o empoderamento, desde a responsabilidade sobre as próprias vidas e, também, desde o humor, sem perder a raiz do problema: a desigualdade de poder.

Até fostes a Cabo Verde!
Sim, estivemos ali dous meses e também, recentemente, em Buenos Aires e Montevideo. Foi um rico intercambio com carácter aberto, experimental. Queríamos indagar as semelhanças entre as suas vidas e as das galegas, que som muitas, e também as diferenças. Enriqueceu-nos e, sobretodo, olhamo-nos desde outra realidade em que nós, como europeias e brancas, representamos o grupo de poder. Serviu-nos para questionar-nos e aprender .

Para acabar, com autocritica e sinceridade... Como valorizais o trabalho feito até agora?
Foi um trabalho lento mas seguro. Internamente, tanto desde o plano pessoal como profissional, supom um espaço de crescimento, com as dificuldades que existem, que nom som poucas, e com umha potencialidade imensa. Eu sinto que podo desenvolver quase qualquer projecto que me proponho dentro de Lilith porque temos capacidade de adaptaçom, de apertura e de evoluçom. De fora, recebemos um feedback mui bom por parte das pessoas com que trabalhamos directamente e também com as profissionais. Gostaríamos de que se apostasse mais por iniciativas como a nossa que geram espaços e prácticas de relaçom no laboral diferentes, e que potenciássemos mais a rede (que já existe) horizontal de trabalho e de colaboraçom frente a competitividade e a exclussom.

Novo jornalismo galego

XAN CARLOS ÁNSIA

Quintana sobe. Página de publicidade da Conselharia de Vivenda e Solo. Quintana na capa. Página de publicidade da Vice-presidência da Igualdade e do Bem-estar. Quintana entrevistado. Página de publicidade da Conselharia do Meio Rural. Quintana fala. Página de publicidade da Conselharia de Cultura e Desporto. Quintana dança. Página de Publicidade da Conselharia da Indústria. Quintana analisa. Página de publicidade do Consórcio dos Serviços Sociais. Quintana inaugura. Página de publicidade do Banco de Terras. Quintana opina. Página de publicidade da Cámara Municipal de Ponte Vedra. Quintana admirável. Página de publicidade da Secretaria Geral do Bem-estar. Quintana dá a frase do dia. Página de publicidade da Cidade da Cultura. Quintana volta subir. Página de publicidade da Agência de Indústrias Culturais. Quintana outra vez na capa. Página de publicidade de SEAGA. Quintana fotografado, glorificado e santificado. Página de publicidade de outro 'chiringuito' qualquer, conselharia ou cámara municipal, ainda que nom venham ao caso.

Um que escreve maravilhas de Quintana. Gerente de audiovisuais. Outro que apresenta Quintana nas festas dos idosos. Programa diário na TVG.. O sócio que lhe escreve os discursos e assessora com frases feitas. Colunista em quatro meios afins, mais um artigo de opiniom quincenal em imprensa enemiga, mas traga por convénio. O articulista amigo que com sabiduria e prudência, canta loas e alabanças de Quintana. Publicaçom de um livro e quem sabe se futuro elemento clave do entramado alaricano. Outros vários panegiristas da pessoa de Quintana e do que alguém lhe dixo que nomeasse como nacionalismo de proximidade. Trabalho em gabinetes das conselharias, viagens a Havana, jornais digitais, tertulianos na rádio e na tv, retiros em casas rurais e passes gratuitos aos concertos do 'Xacobeo'.

É o jornalismo galego. Uns chegam com o vento, outros levam anos concertados.Todos submissos ao poder. Submetidos a umha dependência económica vergonhenta de que se aproveitam os políticos de turno para terem amanuenses sem ética, nem razom. O único que tem de novo é a carne fresca acabada de saír da flamante faculdade de jornalismo que enche as redacçons com trabalho em precário e muita autocensura para nom se verem no desemprego aos dous dias. E quando desaparecer Quintana, os cabeçalhos da imprensa diária terám um novo mecenas a quem dirigir as suas letanias. Sem mudar a tipografia, nem os colunistas. Até o número de conta onde se fagam os ingressos por publicidade continuará a ser o mesmo. Para que molestar-se.